



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 062/063

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE JUNHO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 062

60ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Mensagens	04
Ofícios	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	10
Pequeno Expediente:	
Dep. Chico Noroeste	13
Dep. Tadeu Veneri	14
Dep. Elio Rusch	16
Dep. Enio Verri	17
Dep. Antonio Belinati	18
Grande Expediente:	
Dep. Plauto Miró	20
Dep. Jocelito Canto	24
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri	15
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	19
Liderança do PDT	
Dep. Neivo Beraldin	27
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Reni Pereira	28
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	31
Discussão/Votação	
Redação Final	32
3ª Discussão	32
2ª Discussão	32
1ª Discussão	32
Requerimentos	35
Encerramento da Sessão	35

DIÁRIO Nº 063

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	36
Presenças	36
Abertura da Sessão	36
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
2ª Discussão (Votação em)	37
Redação Final	38
2ª Discussão	39
1ª Discussão	39
Encerramento da Sessão	40
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos	40
Diretoria Geral	
Portarias	40
Atas de Comissões	
Tomada de Contas	41

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 062

60ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Mensagens	04
Ofícios	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei.....	10
Pequeno Expediente:	
Dep. Chico Noroeste	13
Dep. Tadeu Veneri	14
Dep. Elio Rusch.....	16
Dep. Enio Verri.....	17
Dep. Antonio Belinati.....	18
Grande Expediente:	
Dep. Plauto Miró	20

Dep. Jocelito Canto	24
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri	15
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	19
Liderança do PDT	
Dep. Neivo Beraldin.....	27
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Reni Pereira	28
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	31
Discussão/Votação	
Redação Final.....	32
3ª Discussão	32
2ª Discussão	32
1ª Discussão	32
Requerimentos.....	35
Encerramento da Sessão	35

DIÁRIO Nº 062

60ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **16ª LEGISLATURA** **ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA** **REALIZADA EM** **09 DE JUNHO DE 2010**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Enio Verri e Chico Noroeste.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Valdir Rossoni, Fábio Camargo, Luiz Nishimori e Péricles de Mello (04)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 052/10

Curitiba, em 09/06/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciada por essa Assembleia Legislativa, proposta de inclusão de dispositivos ao Projeto de Lei nº 187/10 que trata das Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2011, em tramitação nessa Casa.

A medida que ora se apresenta tem por escopo, incluir da LDO, previsão orçamentária para 2011 para dar suporte à implantação da Defensoria Pública do Paraná, conforme preceito contido no inciso III do artigo 66 da Constituição Estadual.

A implantação da Defensoria Pública é um anseio do Governo do Paraná e da sociedade, principalmente da população desprovida economicamente de recursos para interpor medidas judiciais que careçam de prestação de serviços por parte de advogados.

Desta feita, a emenda que se faz necessária ao Projeto de Lei nº 187/10, que está sob apreciação da Comissão do Orçamento desse Poder Legislativo, segue nos seguintes termos:

Art. 7º (...)

Incluir no artigo 7º do Projeto de Lei nº 187/10, o inciso IV, com a seguinte redação:

“IV - Defensoria Pública: 0,027%”

Art. 7º (...)

Renumerar o parágrafo único do artigo 7º do Projeto de Lei nº 187/10, em parágrafo 1º, com a seguinte redação:

“§ 1º Fica a cargo do Poder Legislativo definir do limite de 5% destinado ao Poder, o percentual correspondente à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas.”

Art. 7º (...)

Incluir parágrafo 2º ao artigo 7º do Projeto de Lei nº 187/10, com a seguinte redação:

“§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a criar na Proposta Orçamentária para o exercício de 2011, o Órgão Orçamentário 07 - Defensoria Pública.”

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI -

Governador do Estado

Ofícios

Sob o nº 082 do Sr. Sérgio Renato Sinhori - Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Administrativos do Ministério Público, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que solicita esclarecimentos sobre a criação do GAECO e a cessão de policiais civis e militares ao Ministério Público. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1878

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 10 de junho (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 1916

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, a esta Mesa Executiva que realize Sessão Solene no dia 01 de julho para comemorar o Dia Internacional do Meio Ambiente, convidando o Instituto Os Guardiões da Natureza - ING para que apresente a iniciativa de estabelecer junto aos faxinais (comunidades tradicionais) o ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável. A iniciativa do ING conta com parcerias como GTZ, KFW, Ministério do Meio Ambiente, UEPG e UNICENTRO.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1931

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada do Projeto de Lei nº 586/09, por 10 (dez) Sessões, item 06, da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(aa)STEPHANES JÚNIOR

CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 1879

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Targo Ignes Pilatti, ocorrido no dia 08 de junho de 2010 na Cidade de Ponta Grossa/PR.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 1881

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alceu Shoemberger ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1882

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Silvia de Lurdes da Silva ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1883

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sueli Terezinha de Oliveira ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1884

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sirlei Fátima de Carvalho ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1885

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após

ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Thalia Vieira Domingues dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1886

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Targo Inês Targa Pilatti ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1887

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Wislon Luiz dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1888

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Adélia Costa ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1889

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dirceu José Gaspar ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1890

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Aguinaldo Madureira ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1891

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alice Mayer Alvarez ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1892

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Elvira Fanco dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1893

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Erotilde Barbosa Sansana ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1894

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Hugo Manoel Steudel da Silva ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1895

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Dulcinéia Silgueira dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1896

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Ribeiro da Silva ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1897

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Agripilho Camargo Ribas ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1898

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Hass Lourenço ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1899

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de José Ailton Vieira ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1900

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Leticia Isabelle Mercer Simões ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1901

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Josmar da Luz ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1902

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Salvador ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1903

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiza Marinho do Prado ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1904

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Benta Nascimento Ayres ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1905

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Magmar Soares de Abreu ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1906

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria de Lourdes de Almeida ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1907

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria da Luz dos Santos ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1908

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Roesler Kreis ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1909

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Mocholoveski ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1910

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Treud ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1912

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nastácia Pavilack Burginsk ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1913

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Neiva Silva ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1914

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nelson de Almeida ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1915

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Cherevaty ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1925

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve Sr. Presidente no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares de Elias Avais Netto

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que, Elias Avais Netto deixa uma Cidade enlutada. Piraí do Sul chora a perda trágica de seu ilustre filho.

Elias Avais Netto, o Dr. Lalá era uma pessoa muito carismática e faz parte da história deste Município. Deixa consternado a todos, onde o lastro de amizade faz de seus últimos dias em vida ser lembrado, como se sua existência entre nós fosse eterna.

REQUERIMENTO Nº 1880

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, ao Presbítero Jéferson Batista da Cruz, pela celebração de sua Ordenação como Presbítero da Igreja Católica e sua nomeação como Administrador da Paróquia Santo Cura D'Arce do Município de Paigandu.

Requer ainda, seja dada ciência ao homenageado, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1922

Senhor Presidente:

O Deputado Chico Noroeste (PR), que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, o envio de voto de congratulações ao Prefeito de Foz do Iguaçu pelo 96º aniversário de emancipação política do Município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Prefeito Paulo Mac Donald Ghisi.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

Foz do Iguaçu é uma Cidade ímpar, de belezas incomparáveis, reconhecida como um dos principais destinos turísticos do mundo, visitada anualmente por milhões de pessoas e que busca incansavelmente o trabalho, a paz a justiça social para seus mais de 320 mil moradores formados por mais de 70 nacionalidades.

O voto de congratulações nada mais é do que o reconhecimento da importância de Foz do Iguaçu ao Paraná. A sua situação geográfica, econômica e força política são reconhecidas pelos Deputados desta Casa.

A historiografia oficial registra que em 1981, Foz do Iguaçu recebeu seus dois primeiros habitantes, o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles. Pouco depois chegaram os irmãos Goycoheá, que começaram a explorar erva-mate. Oito anos após, foi fundada a colônia Militar na fronteira - marco do início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros e do que viria a ser o Município de Foz do Iguaçu.

A expedição do Engenheiro e Tenente José Firmino chegou a Foz do Iguaçu em julho 1889. Foi feito um levantamento da população e foram identificadas 324 pessoas, em sua maioria paraguaios e argentinos. Mas havia também espanhóis e ingleses, já presentes na região dedicados à extração da erva-mate, exportadas via rio Paraná.

Em 22 de novembro do mesmo ano, o Tenente Antonio Batista da Costa Júnior e o Sargento José Maria de Brito fundaram a Colônia Militar, que tinha competência para distribuir terrenos a colonos interessados.

No ano de 1987 foi criada a Agência Fiscal, chefiada pelo Capitão Lindolfo Siqueira Bastos. Ele registrou a existência de apenas 13 casas e alguns ranchos de palhas. Nos primeiros anos do século a população de Foz do Iguaçu chegou a aproximadamente 2 mil pessoas e o vilarejo dispunha de uma hospedaria, quatro mercearias, um rústico quartel militar, mesa de rendas e estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e uma agricultura de subsistência.

Em 1970 a Colônia Militar passou à condição de Vila Iguassu distrito do Município de Guarapuava. Dois anos depois, o Ministro da Guerra emancipou a Colônia tornando-se um povoamento civil entregue aos cuidados do Governo do Paraná, que criou então a Coletoria Estadual da Vila.

Em 14/03/14, pela Lei nº 1383, foi criado o Município de Vila Iguaçu, instalado efetivamente no dia 10 de junho do mesmo ano, com a posse do primeiro Prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores. O Município passou a denominar-se "Foz do Iguaçu", em 1918.

REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Município da Lapa-PR, na pessoa do Prefeito Municipal, Sr. Paulo César Fiates Furiati, pelo 241º aniversário do Município.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1924

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Quitandinha pela passagem, no próximo dia 13/06/10, do seu 49º aniversário.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Valfrido Eduardo Prado, Prefeito Municipal, à Vice-Prefeita, Sra. Maria Júlia Socek Wojck bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Nada mais reconfortante para nosso espírito cívico é a nossa fé que saudar o Município de Quitandinha, pela passagem de seus 49 anos de história, com seu atual Prefeito Sr. Valfrido Eduardo Prado e a Sra. Maria Júlia Socek Wojck, Vice-Prefeita e todos os Srs. Vereadores, que encaram o futuro com aquela invencível confiança transmitida pela população.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências em que os homens e as mulheres dão a vida pelo Município a vencer os desafios colocados em permanente transformação.

Gostaria de enfatizar, nesta oportunidade, a flagrante importância que o Município detém, referendada em nossa lei maior. O contato que, diuturnamente, o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores exercitam junto ao povo, fazem dos mesmos destacados e genuínos interpretes dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão perante as autoridades municipais.

Conhecer de perto, no dia a dia, os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente, as aspirações de uma determinada coletividade retempera o espírito, aguça os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo, abrindo os horizontes de qualquer ser humano do Município.

E justamente no exercício de sua sabedoria que os Municípios costumam entender-se ou associar-se entre si, seja para estabelecerem objetivos comuns na realização do trabalho e do bem estar da população, seja para fixar políticas de apoio ou prevenção dos mais diversos campos da atividade e interesses regionais. Não resta dúvida portanto, de que esses entendimentos somente podem ocorrer num cenário de cooperação igualitária entre os Municípios.

Para os homens públicos, condutores do destino do Município, a obrigação e a responsabilidade nesta reflexão são ainda maiores, sejam elas do Executivo ou do Legislativo em todas as esferas do Poder Municipal.

Não podemos permitir que a desesperança confisque nosso espírito. Acima de tudo é preciso acreditar, lutar para que melhores dias aconteçam para que uma sociedade municipal seja realmente próspera, justa e igualitária.

Parabenizamos, nesta oportunidade, as autoridades constituídas do Município de Quitandinha e população em geral pela comemoração de seus 49 anos no próximo dia 13/06/10.

REQUERIMENTO Nº 1917

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Sr. Orlando Pessuti, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Aramis Linhares Serpa, e ao Exmo. Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, Rodrigo Larson Carstens, para que forneçam ao Município de Florestópolis mais uma viatura para a Polícia Militar.

Certo de que este é um pedido justo e que garantirá ao Município de Florestópolis melhores condições para o trabalho essencial de prevenção à criminalidade e ao trabalho de policiamento ostensivo, assim, espero a aprovação desta Casa de Lei do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 1918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio expediente para o Sr. Orlando Pessuti - Governador do Estado e para o Sr. Carlos Augusto Moreira Junior - Secretário de Estado da Saúde, encaminhando ofício da Prefeitura Municipal de Quinta do Sol, que solicita com a máxima urgência a liberação de recursos financeiros para a aquisição de uma ambulância para atender a rede pública de saúde do referido Município.

Requer ainda, após aprovado seja dado ciência ao Sr. Antonio Roberto de Assis - Prefeito Municipal e ao Sr. Vereador Jose Reinaldo Ferreira - Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1919

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente para o Sr. Stênio Sales Jacob - Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, solicitando com a máxima urgência a execução das obras de saneamento (esgoto) no Jardim dos Passáros, no Município de Maringá.

Requer ainda, após aprovado seja dado ciência ao Sr. Silvio Magalhães Barros II - Prefeito Municipal e ao Sr. Antonio Vicentine, através de correspondência a ser encaminhada.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

REQUERIMENTO Nº 1927

Senhor Presidente:

Os membros da Mesa abaixo identificados requerem da Comissão Executiva da Casa providência no sentido de exonerar os servidores ocupantes de cargos em comissão remanejados de gabinetes de Deputados para a estrutura da Administração.

Requer ainda que seja discriminado quantos cargos foram efetivamente providos até a data de 31/05/10, especificando o local onde os mesmos exercem sua função na estrutura administrativa, assim como, solicita-se que a Comissão Executiva informe quantos cargos de provimento em comissão ainda restam vagos.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI, ELTON WELTER,
CIDA BORGHETTI, FELIPE LUCAS E PASTOR
EDSON PRACZYK.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 261/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica estabelecido o limite de tempo de espera para atendimento nas serventias judiciais do Estado do Paraná.

Art. 2º Para os fins desta lei, tempo de espera em fila será considerado o tempo transcorrido entre o instante em que o cidadão, advogado ou estagiário ingressa no interior de estabelecimento, e o instante em que ele venha a ser chamado para atendimento individual em estação de trabalho, mesa de atendimento, guichê de caixa ou atendimento, ou ainda qualquer outro local designado para o atendimento.

Art. 3º O tempo de espera nos estabelecimentos a que se refere o artigo 2º desta lei não poderá superar 30 (trinta) minutos.

§ 1º O tempo de espera a que se refere o *caput* poderá ser de até 40 (quarenta) minutos, desde que sejam afixados avisos no estabelecimento alertando sobre a demora e sobre os motivos que lhe deram causa ou nas seguintes ocasiões:

- a) primeiro ao quinto dia útil de cada mês;
- b) véspera ou dia imediatamente subsequente a feriados.

§ 2º O tempo máximo a que se refere o *caput* será reduzido à metade se se tratar de atendimento preferencial a pessoas com deficiência física, idosos e gestantes.

Art. 4º Para efeito de verificação do cumprimento dos tempos de espera referidos no artigo 3º, os estabelecimentos deverão instalar e manter em funcionamento, em local visível, de fácil acesso e adequadamente sinalizado,

equipamento para emissão de senha, na qual deverá ser registrado, de forma mecânica ou manual, o preciso horário de ingresso dos referidos no artigo 2º, no respectivo estabelecimento.

Parágrafo Único. As serventias judiciais deverão dispor de número compatível de funcionários para atender a demanda dos serviços prestados.

Art. 5º Poder Executivo regulamentará a presente em lei em 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) WILSON QUINTEIRO

JUSTIFICATIVA:

Acabar com a morosidade no atendimento nas serventias judiciais estabelecendo o prazo máximo de 30 minutos para atendimento, é o objetivo da presente proposição, visando melhorar o atendimento aos cidadãos, advogados e estagiários e reduzir o tempo de espera em filas, fazendo com que os usuários não passem horas esperando por uma simples informação. Apenas de funcionar o sistema de senhas e existirem assentos, o tempo de espera extrapola, sendo indispensável assegurar o direito de ter-se um serviço público eficaz e adequado evitando as constantes reclamações.

O tempo de espera pelo atendimento em, no máximo, trinta minutos, deverá ser reduzido à metade quando se tratar de atendimento preferencial a idosos, gestantes ou portadores de necessidades especiais.

Diante do exposto, solicitamos aos Pares desta Casa de Leis a aprovação do referido projeto de lei, que visa estabelecer limite de tempo de espera para atendimento nos serviços de serventias judiciais no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 262/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a CIEADEP - Convenção das Igrejas Evangélicas Assembleia de Deus no Estado do Paraná, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) CHICO NOROESTE

JUSTIFICATIVA:

A CIEADEP é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica. Tem por objetivo zelar pela unidade das Igrejas Evangélicas Assembleias de Deus no Estado do Paraná, de seus Ministros e onde

atuar, orientando-se quanto às atividades, princípios, doutrinas bíblicas, bem como os usos e costumes comuns das Assembleias de Deus. Promover a assistência social a quem dela necessitar, especialmente as pessoas carentes, desamparadas ou em situação de risco; promover a proteção da família, da criança, do adolescente, dos idosos, das viúvas e dos órfãos, independente de religião, cor, etnia, gênero ou convicção filosófica, fornecendo auxílio espiritual e material, buscando a saúde, o bem-estar, o desenvolvimento e a preparação do ser humano, combatendo as causas da pobreza e fatores de marginalização. Incentivar e promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania, sua qualificação para o trabalho e para o convívio social; produzir e proteger os bens e valores históricos disponíveis, incentivar o lazer como forma de reconhecimento da imagem e semelhança de Deus no ser humano e como meio de promoção social.

Com esta finalidade, solicitamos apoio dos nobres Pares desta Casa, para aprovação do projeto que ora apresentamos.

PROJETO DE LEI Nº 263/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Policiais Cíveis de Londrina e Região, com sede no Município de Londrina/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Policiais Cíveis de Londrina e Região, com sede em Londrina, foi formado para fins de estudos, coordenação e proteção dos interesses profissionais da categoria dos policiais cíveis, ativos e inativos, com o intuito de colaboração com os Poderes Públicos, no sentido de solidariedade social e de subordinação aos interesses nacionais. É meritório esse trabalho que, ao longo de sua existência já proporcionou inúmeras oportunidades para muitos policiais cíveis.

Trata-se, portanto, de um sindicato que merece ser reconhecido como de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 264/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O atendimento por viatura policial de ocorrência gerada pelo atendimento do telefone 190 de emergência da Polícia do Estado do Paraná deve ser realizado no tempo médio de quinze minutos.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A lei propõe que toda ocorrência policial registrada pelo número de emergência 190 da Polícia, deve ser atendida por uma viatura policial no tempo de quinze minutos. A central 190 recebe milhares de ligações todos os dias, em média, 30% dos pedidos de serviços são para outros órgãos (bombeiros, ambulância etc.), 35% das ligações a pessoa desiste de registrar a ocorrência, outros 20% são trotes, e apenas 15% das ligações são ocorrências reais para a polícia, entretanto o tempo de resposta através de uma viatura no local de ocorrência é muito demorado ou nem a viatura aparece. O telefone 190 está muito presente na mente das pessoas, e sempre quando se sentem ameaçadas ou se deparam com alguma dificuldade acabam acionando a Polícia. Quando há o atendimento de uma ligação, são solicitados diversos dados antes de atender a ocorrência, para se verificar a realidade dos fatos antes de se tomar as decisões corretas, permitindo reposicionar as estratégias de combate à criminalidade, pois as ligações ajudam a mapear os focos de insegurança nos bairros. É inconcebível justificar a lentidão do atendimento no local da ocorrência por uma viatura por falta de pessoal, viaturas ou excesso de ocorrências, porque o próprio sistema permite o planejamento antecipado das dificuldades. Se há gargalos, por exemplo, como os picos de ocorrências com grande volume de ligações nas sextas-feiras e sábados à noite e domingos à tarde, é necessário reposicionar o pessoal e as viaturas para esses dias. Essa lei permitirá ao governo planejar os investimentos em segurança dentro desse prazo de 15 minutos de atendimento, ampliando a confiança da população no atendimento policial e na segurança pública.

PROJETO DE LEI Nº 265/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os atos oficiais dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, assim como das empresas públicas, autarquias e das fundações públicas da Administração Indireta, que impliquem na realização de despesas públicas deverão ser publicados apenas pelo Diário Oficial do Estado, inclusive na versão eletrônica, ficando extintas quaisquer outras formas de publicação oficial, ressalvadas as publicações disciplinares pelas leis federais em vigor.

§ 1º Todos os atos e contratos oficiais realizados no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público, além das pessoas jurídicas referidas pelo artigo 1º e que importem em despesas públicas,

inclusive a aquisição de bens móveis e imóveis, doações, cessões, contratações de servidores funcionários, empregados públicos ocupantes de cargos em comissão, prestação de serviços, pagamentos de diárias e operações financeiras de qualquer natureza, deverão ser encaminhados ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado e publicados no Diário Oficial do Estado.

§ 2º Serão considerados ineficazes, nos termos do artigo 61 da Lei Federal nº 8666/93, os atos e contratos quando não publicados no prazo de 30 dias após a conclusão formal, devendo eventuais valores despendidos serem ressarcidos aos cofres públicos.

Art. 2º Todos os Poderes do Estado, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, assim como as empresas públicas, autarquias e fundações públicas da Administração Indireta deverão gerir e manter um Portal da Transparência na rede mundial de computadores (internet), que poderá ser acessado por qualquer pessoa mediante atalho eletrônico (link) representado por imagem (banner) na página inicial de cada sítio (site), contendo a nomenclatura do portal.

§ 1º Deverão ser publicados integralmente no Portal da Transparência a partir da vigência desta lei todos os atos administrativos e contratos celebrados, bem como seus aditivos, que importem em realização de despesas públicas, inclusive a aquisição de bens móveis e imóveis, doações, cessões, contratações de servidores, funcionários, empregados públicos ocupantes de cargos em comissão, prestação de serviços, pagamentos de diárias e operações financeiras de qualquer natureza, inclusive os gastos discriminados com os cartões corporativos.

§ 2º Deverão ser publicados igualmente todos os atos de nomeação e exoneração de servidores, funcionários, empregados públicos e ocupantes de cargos em comissão, com a discriminação do nome, cargo e função, lotação e rendimentos, bem como todos os contratos celebrados.

§ 3º Todos os atos e contratos deverão ser publicados com links de acesso aos editais que antecedem a nomeação e contratação, em especial os procedimentos licitatórios ou as justificativas para a dispensa dos mesmos.

§ 4º Todos os atos e contratos deverão ser publicados em até 30 dias contados da respectiva assinatura.

§ 5º Deverão ser publicados todos os extratos das contas e operações financeiras realizadas, assim como as faturas dos cartões de créditos pelos agentes estatais, no mês subsequente ao pagamento.

§ 6º em se tratando de valores reembolsáveis despendidos pelos agentes estatais, deverão ser publicadas as notas fiscais e cópias de depósito, transferências ou cheques utilizados no reembolso, discriminados pelo nome, cargo e lotação de cada agente.

§ 7º O Portal da Transparência agrupará as informações, preferencialmente em ordem cronológica, dividido por mês e ano, a partir das seguintes categorias:

- I - Servidores, Funcionários, Empregados Públicos;
- II - Ocupantes de cargos em comissão;
- III - Licitações em andamento;
- IV - Contratos de obras, serviços, aluguéis e congêneres;
- V - Cessões, Permutas e Doações de bens;
- VI - Pagamento de Diárias;
- VII - Gastos verbas de representação, verbas de gabinete e reembolsáveis de qualquer natureza;
- VIII - Gastos com cartões corporativos;
- IX - Operações Financeiras;
- X - Controle de estoque - listas de entradas e saídas de mercadorias;
- XI - Perdão de dívidas, moratórias, concessões de isenções e subversões;
- XII - Extrato da Conta Única de cada Poder e entidade;
- XIII - Orçamento de cada Poder do Estado e do Ministério Público;
- XIV - Publicação Extemporânea.

§ 8º A critério dos responsáveis por cada Poder e entidade, poderão ser criadas novas categorias e subcategorias que facilitem a pesquisa por parte dos interessados.

Art. 3º Nenhum ato ou contrato deixará de ser publicado no prazo estabelecido, exceto os que impliquem risco à segurança pública, casos em que serão publicados apenas os respectivos valores nominais.

Parágrafo Único. Os atos e contratos não publicados, de acordo com o *caput* do artigo, deverão ser obrigatoriamente publicados na categoria “Publicação Extemporânea”, decorridos 12 (doze) meses da publicação dos valores nominais.

Art. 4º A omissão na publicação dos atos e contratos configurará infração administrativa, incorrendo o responsável em pena de multa, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), por ato ou contrato não publicado, aumentados até ao triplo em caso de reincidência.

§ 1º As multas serão aplicadas pelos auditores fiscais do Estado, de ofício ou mediante a representação de qualquer interessado.

§ 2º Preclusa a autuação, o valor será inscrito em dívida ativa e encaminhado para a execução judicial.

§ 3º Quando da autuação, o valor das multas sofrerá a atualização monetária decorrente da variação anual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou qualquer índice legal que venha a substituí-lo.

Art. 5º É vedada a prática de nepotismo no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sendo nulos os atos assim caracterizados, ressalvados os cargos providos mediante concurso público.

Art. 6º é proibida a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou ainda de função gratificada dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, assim como das empresas públicas, autarquias e das fundações públicas da Administração Indireta, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.

Art. 7º Os Poderes do Estado, o Ministério Público e o Tribunal de Contas, assim como as empresas públicas, autárquicas e fundações públicas da Administração Indireta tem o prazo de 6 (seis) meses para se adequarem ao disposto na presente lei.

Art. 8º Fica revogado o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 14603, de 29/12/04.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09/06/10.

(aa) NEY LEPREVOST, MARCELO RANGEL e
TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa instituir o Portal da Transparência na rede mundial de computadores com a publicação integral dos atos de todos os poderes do Estado.

Nesse sentido cabe salientar os seguintes dispositivos:

O artigo 33 da Constituição Estadual, em seu parágrafo 6º:

Art. 33. O Estado e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Destaca-se, ainda, o artigo 78, da referida Constituição:

Art. 78. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: (...)

E com relação a competência da Assembleia Legislativa salienta-se o artigo 53, inciso VIII da mesma Constituição:

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competências do Estado, especificamente:

(...)

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autarquia e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Desta forma, justifica-se o embasamento legal, juntamente com a lei Complementar nº 131/09, que modificou o artigo 48 da Lei Complementar nº 101/00 que trata da transparência, para a proposição do referido projeto de lei.

O principal objetivo é o aumento da eficácia dos princípios da impessoalidade, da moralidade e da publicidade consagrados nos artigos 37 da Constituição desse Estado.

Cabe salientar, também, a comoção popular que vem reivindicando medidas urgentes desta Casa de Leis para a crise que se estabeleceu nesse órgão. Além de a necessidade da implantação de um sistema de transparência moderno e amplo tanto nesse como nos demais poderes desse Estado.

Diante do exposto e da urgência e importância desse tema pedimos a análise e a consequente aprovação dessa proposta legislativa.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Chico Noroeste.2

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, público presente, cidadãos e cidadãs paranaenses que nos assistem neste momento.

A Cidade de Foz do Iguaçu, amanhã, dia 10, Deputado Tadeu Veneri, completa 96 anos de emancipação política. Foz do Iguaçu é uma Cidade jovem, mas uma Cidade hoje grande, uma Cidade importante no Estado do Paraná, importante do nosso País. Foz do Iguaçu com 325 mil habitantes, conforme o censo de julho do ano passado possui, ou possuía, 325 mil habitantes, número de habitantes que lhe dá a condição de ser a quarta maior Cidade do Estado do Paraná em número de habitantes. A Cidade de Foz do Iguaçu no que diz respeito ao seu PIB é o PIB do Estado do Paraná e é o 66º PIB do Brasil. O nosso País possui 5 mil e 564 Municípios, 5564 PIBs, economias, e a Cidade de Foz do Iguaçu possui a posição de número 66º, PIB de número 66 no Brasil. O Estado do Paraná possui 399 Cidades, 399 PIBs, e a Cidade de Foz do Iguaçu é o PIB de número 7º. Vem a Cidade de Curitiba, que isso é natural por ser a Capital do Estado, depois vem a Cidade de Araucária, depois São José dos Pinhais, Londrina, Paranaguá, Maringá e Foz do Iguaçu.

Portanto, a Cidade de Foz do Iguaçu, sem nenhuma dúvida, é uma Cidade importante no Estado do Paraná e no nosso País. É uma Cidade conhecida por todos os brasileiros, por todos os paranaenses e, também, conhecida em nível internacional.

A Cidade de Foz do Iguaçu tem os seus problemas. Temos os nossos problemas típicos de Cidade grande. Às vezes, fico me perguntando porque temos tantos e graves problemas na Cidade de Foz do Iguaçu, já que ela detém, no Estado do Paraná dos maiores orçamentos. O orçamento de 2010 é na ordem de R\$ 460 milhões. Significa dizer que todos os dias, seja final de semana, feriados ou não, entra nos cofres da Prefeitura mais de R\$ 1 milhão e 200 mil. No entanto, são problemas que tenho certeza, pela pujança da nossa Cidade, serão resolvidos no menor prazo possível. Foz do Iguaçu graças a sua localização, graças às Cataratas do Iguaçu, à Itaipu Binacional, empresários, à dedicação, à determinação e à força do seu povo, construíram uma importante Cidade no Estado do Paraná, uma importante Cidade no nosso País.

Neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em que a nossa Cidade completa 96 anos, quero aqui expressar minhas congratulações, quero aqui cumprimentar a população da minha Cidade de Foz do Iguaçu, quero parabenizar a população de Foz do Iguaçu que, de uma simples vila de Distrito de Guarapuava, a transformaram numa grande Cidade, numa importante Cidade. Portanto, Sr. Presidente, a população de Foz do Iguaçu, graças à dedicação, à determinação, à força dos iguaçuenses construíram, sem nenhuma dúvida, uma grande Cidade, uma importante Cidade no Estado do Paraná, no Brasil, conhecida internacionalmente. Mais uma vez, quero cumprimentar a população de Foz do Iguaçu e quero parabenizar a nossa Cidade que, certamente, ainda será muito mais importante, haverá de ser ainda muito mais pujante.

Finalizando, parabéns à Cidade de Foz do Iguaçu pelos seus 96 anos de emancipação política.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Na noite de ontem, assim como outros Deputados desta Casa, estive presente no ato que foi realizado por diversas entidades, inclusive capitaneado pela OAB, Deputado Cheida, V. Exa, que esteve também, na parte da manhã, junto conosco na OAB, neste ato do qual participei e participaram outros Deputados Estaduais e alguns Deputados Federais, foi entregue a nós Deputados que estávamos presentes uma proposta a ser trazida para a Assembleia Legislativa. Deputado Enio Verri, V. Exa. que compõe a Mesa neste momento, na sequência, vou

colocar alguns dos pontos dessa proposta. Da mesma forma que eu falei ontem, ao Presidente da Assembleia Legislativa, ao Líder do Governo, e, por uma oportunidade, também ao ex-Líder do Governo, Deputado Romaneli, e, na sequência, todos os Deputados terão informações a respeito disso, acredito que a resposta que foi entregue não basta ser entregue a quatro Deputados.

Conversava ontem com o Presidente Nelson Justus que fará - já se manifestou ontem em uma entrevista em uma das rádios, daqui da nossa Cidade, e também o fez, aqui, na Assembleia Legislativa - uma Audiência Pública, não sei se na próxima semana ou nas próximas semanas, mas fará uma Audiência Pública, aqui, na Assembleia Legislativa para que os integrantes do movimento que estavam ontem na rua XV, na Boca Maldita, façam também a entrega, além de exporem, como já foi dito por diversos Deputados, aqui, quais são os seus pontos de vista, façam a entrega também desse projeto de lei à Mesa Diretora.

Por que digo à Mesa Diretora, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa., que estava lá ontem, assim como o Deputado Neivo Beraldin, o Deputado Ney Leprevost? Por que a Mesa Diretora? Porque entendo que a Mesa Diretora deve encaminhar este projeto em nome dos 54 Deputados, se entender, obviamente, que deve fazê-lo, caso contrário, claro que alguns Deputados irão fazê-lo, mas o ideal é que tenhamos este projeto como um projeto da Assembleia Legislativa, porque tem alguns dos pontos, e o Dr. Anderson Furlan, que é Presidente da CAPA-JUFE - Associação Paranaense dos Juizes Federais - assim como o Dr. Glomb, Presidente da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, que fizeram parte da elaboração deste projeto.

Alguns dos pontos que estão neste projeto já estão contemplados por algumas medidas, que estão sendo tomadas ou que serão tomadas posteriormente. Outros deverão, obviamente, ou serem contemplados por um projeto de lei ou mais. Falava agora há pouco com o Líder do Governo, Deputado Caíto Quintana, examinando o projeto. Deputado, Nelson Justus, eu, informalmente, obviamente, lhe entreguei ontem este projeto, até porque entendia que deveria fazê-lo e não há segredo nesse tipo de ação, V. Exa. sabe disso. E, talvez, se V. Exa. teve tempo, ou sua assessoria jurídica, de ler, também irá concluir que alguns dos pontos não são, no meu entendimento, possíveis se forem projeto de lei.

Não podemos colocar o Tribunal de Contas, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, em um projeto de lei ordinária para que cumpram. Está sendo sugerido para que façamos na Assembleia Legislativa, alguns dispositivos, Portal da Transparência, que tenha algumas relações que estão especificadas como uma pessoa que seria uma espécie de controlador interno, que, aliás, já determina o Tribunal de Contas às Prefeituras, o que é normal nas Prefeituras, às Câmaras, também, Deputado Elio Rusch - e que me parece que é interessante que possamos avançar nesse sentido.

Mas, entendo que mais do que o projeto em si, o que importa é esse debate feito para que possamos avançar. Se houver entendimento que é preciso uma PEC, e o Deputado Alexandre Curi, há pouco dizia que entende que é possível que tenhamos, inclusive, uma PEC, se houver o entendimento que teremos uma PEC, que façamos a PEC. Se houver o entendimento que é preciso que seja por projeto de lei - e aí tenho algumas dúvidas que acho que poderão ser sanadas no processo - que seja por projeto de lei.

Agora, o importante, é que estabeleçamos esse diálogo, esse debate, esse contraponto, para que possamos aproveitar - Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. deve ter lido na noite de ontem o projeto que recebemos, aquilo que há de positivo e que já vem sendo feito e acrescentar aquilo que, por sugestão, porque alguns pontos deste projeto são extremamente interessantes do ponto de vista de fazê-los - Deputado Jocelito Canto, V. Exa. que tem por diversas vezes vindo à tribuna, aqui, inclusive cobrado e muitas vezes com bastante veemência - e não sem razão que estendamos ao Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, as mesmas exigências que fazem a esta Casa, não a este Poder, certamente isso só poderá ser feito através de uma PEC, não podemos através de um projeto de lei ordinária, determinar o que faz o Tribunal de Contas, o que faz o Ministério Público, ou o que faz o Tribunal de Justiça.

Mas, um dos parágrafos que me chama a atenção e me parece bastante interessante, é que coloca que deverão ser publicados integralmente no Portal da Transparência - aqui na Assembleia e em alguns outros Poderes já existentes, que a partir de vigência desta lei todos os atos administrativos e contratos celebrados, bem como os seus aditivos, que importem realização de despesas públicas, inclusive, aquisição de bens, móveis e imóveis, doações, cessões, contratações de servidores e funcionários, empregados públicos ocupantes de cargos em comissão, prestação de serviços, pagamentos de diárias, operações financeiras de qualquer natureza, inclusive, gastos discriminados com cartões corporativos. Não é o caso da Assembleia, porque esta Casa não tem cartão corporativo. Mas se houver esse entendimento, isso estaria contemplado.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, estamos atravessando algumas etapas e estamos passando uma fase que exige respostas. Obviamente que algumas delas estão sendo feitas e outras deverão ser feitas na sequência. Parece-me que é importante que haja - não sei quando, porque isso quem determina é a Mesa e o Sr. Presidente já se manifestou neste sentido, alguns Deputados também já o fizeram e também eu, que fiz pessoalmente - essa reunião, Audiência Pública, proposta. Porque agora o ato público que deveria ser feito no dia de ontem, ao meu ver, foi significativo, com condições

meteorológicas extremamente negativas e ainda bem que não estava chovendo, mas estava bastante frio, com temperatura muito baixa. Acho que agora, há que se encaminhar alguns passos, para que possamos receber, da mesma forma que as pessoas estavam lá, que venham - como dito aqui - as centrais sindicais, os representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, a CNBB, aqueles que entendem, que têm algo a dizer para a Assembleia Legislativa.

E esta Casa terá algo também a contrapor às pessoas que porventura venham e que representem, assim como a União Nacional dos Estudantes ou outros segmentos que estiveram lá. É claro que são espaços diferentes e tempos diferentes, mas a proposta é a mesma. O objetivo é que tenhamos - volto a insistir nestes 90 dias - em um próximo período, uma Assembleia Legislativa, que possa para aqueles Deputados que vierem, não sei se serão 54, os mesmos, ou 30 ou 20 aliás, saberemos no último dia, quando houver eleição e ao término da apuração. Saberemos quem vem e quem não vem e não compete a nós fazermos o processo de tentar, antecipadamente, dizer isso. A nós compete e, parece-me que este é o objetivo dizer aquilo, que por diversas vezes têm sido repetido pela Mesa, que a Assembleia do ano que vem será sem dúvida nenhuma mais transparente, melhor do que a Assembleia que tivemos há alguns anos atrás e que ao longo deste tempo vem sendo feito encaminhamento, para que ela se transforme de fato na Casa, que a população quer e que certamente podemos dar, porque temos condições de fazer isso.

Temos compreensões diferentes? É claro que temos e é natural, Sr. Presidente. Temos tempos diferentes? É natural que tenhamos tempos diferentes. Sem dúvida nenhuma, o que estamos vendo hoje, no meu ponto de vista é inegável. O lugar da população, do povo, é na política. O lugar da mulher, do homem, do trabalhador, do empresário, é na política. Não dá para ficar em casa, não dá para aparecer só no dia da eleição, não dá para fazermos de conta, que isso não é conosco e depois obviamente no dia seguinte começam todas as reclamações.

Podemos ter um Paraná e uma história política diferente, uma participação melhor e que não tenhamos apenas que responder e sim também perguntar.

Concedo um aparte ao Deputado Cheida e na sequência à Deputada Luciana Rafagnin.

O Sr. Eduardo Cheida (PMDB)

Obrigado, Deputado Tadeu.

Eu iria fazer o uso da palavra, mas me sinto plenamente contemplado com a exposição de V. Exa. Gostaria de parabenizá-lo, bem como aos Deputados que estão encaminhando este anteprojeto, que a OAB solicitou que fosse encaminhado. Acho que sem dúvida nenhuma, ele avança bastante, mas faz com ao que a Assembleia Legislativa, administrativamente, ao longo desses últimos três anos vem fazendo. Neste sentido é preciso render, sem

dúvida nenhuma, homenagens àqueles que iniciaram o processo de abertura e transparência aqui na Assembleia. Se compararmos o período difícil da ditadura militar vamos ver que a abertura também não se deu de um momento para outro. A abertura, ela foi proposta quando se falava em anistia, em Assembleia Nacional Constituinte, muita gente achava que aquilo era uma estupidez. De repente, as coisas foram se somando e até hoje ainda lutamos para que haja de fato, liberdade democrática, para que haja consolidação da democracia no País.

A mesma coisa, um Poder instituído como este, há mais de 50 anos com os seus vícios e que não é através de um projeto de lei que vai se resolver a questão, que é mais cultural do que de outra forma.

Até por isso, gostaria de parabenizá-lo e parabenizar também a toda sociedade paranaense que num momento como este pode até enxergar isso como uma coisa ruim, o que está acontecendo na Assembleia. Mas, é extremamente positivo que aconteça, porque como se diz no ditado, não se fazem omeletes sem se quebrarem os ovos. É o que esta se vendo neste momento. Um novo tempo, abaixo de um novo sol da democracia e da transparência, mas é preciso que algumas coisas sejam sacrificadas por isso.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado Deputado Cheida, Deputada Luciana Rafagnin lhe concedo um aparte.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Também quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e acredito que V. Exa. foi muito feliz, principalmente naquilo que se refere que teremos com toda a certeza uma nova Assembleia a partir do ano que vem, mas digo que já estamos vivendo uma nova Assembleia, pelas mudanças que estão ocorrendo nesta Casa. Sabemos que tudo o que aconteceu tem o seu lado bem negativo, infelizmente, mas não podemos deixar de levar aqui que mudanças já vinham ocorrendo e principalmente agora, neste momento, muitas mudanças, acredito que agora a transparência está presente nesta Casa. E acredito que o povo do Paraná está acompanhando isso tudo, todos os fatos e vai ter respostas a tudo o que está ocorrendo nesta Casa, inclusive as próprias investigações, as próprias denúncias que aí estão. Com certeza, o Ministério Público, a Polícia Federal está dando uma resposta ao povo do Paraná. E claro que a sociedade tem todo o direito de se manifestar e sabemos que isso contribui ainda mais para que possamos organizar ainda melhor esta Casa de Leis.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado Deputada Luciana.

Ontem, também lembrava que em 1978, 32 anos atrás, Curitiba sediou o Congresso da OAB. E foi a partir daquele Congresso realizado que algumas das lutas que a sociedade empreendeu na sequência, como o Deputado Cheida bem lembrou, foram feitas. A partir de 1979 com

a Anistia, na sequência as Diretas, a Constituição Federal, depois a própria eleição de 1989 e tudo aquilo que já conhecemos na nossa história recente. Acredito que estamos num momento extremamente oportuno, que possamos deste momento fazermos um feito histórico como algumas situações já ditas aqui. Não para transformar apenas a Assembleia Legislativa, mas que possamos fazer. Aí volto a insistir, que talvez não possamos fazê-lo através de projeto de lei, tenhamos que fazer através de uma PEC. Mas, possamos fazer com que o saldo que se pretende que seja dado em qualidade, na Assembleia Legislativa que seja estendido também para o Judiciário, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, para o Executivo.

Sr. Presidente, já fiz a entrega ontem informalmente, e de qualquer forma vamos novamente deixar com V. Exa. e com a Mesa Diretora a cópia deste anteprojeto.

Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, vou falar hoje sobre um assunto que já tinha abordado na semana passada.

Eu usei esta tribuna e fiz referência sobre as multas que o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, está recebendo por conta de fazer a campanha antecipada com sua candidata.

Disse naquela ocasião, Deputado Antonio Belinati, que alguém seja qualquer cidadão, se você incorrer na legislação uma vez é até admissível, você pode ter errado. Mas errar duas vezes, três vezes, quatro, cinco vezes, aí é um risco, como já disse uma vez, é um risco calculado.

Disse na semana passada e um Deputado, se não me falha a memória, o Deputado Rafael Greca, tem contribuído com os valores, disse naquela ocasião - quanto custa, Deputado Augustinho Zucchi, quanto custa 30 segundos numa rede de televisão uma propaganda a nível nacional? Ou de um minuto, Deputado Luiz Accorsi? Custa, com toda certeza milhares e milhares e milhares, senão milhões de reais.

O Presidente da República pega sua candidata a tiracolo, leva em atos oficiais ou em outros atos e começa a pedir votos, quando ela ainda é pré-candidata, não existe nem o candidato. É lógico que você tem que viabilizar a sua candidatura, as suas alianças, tudo isso é normal da política e a pessoas se apresentar como candidata.

Mas, alguém usar o cargo máximo do Brasil, como o Presidente da República, usar o seu cargo e pedir voto para sua candidata, e quem o condena não é o Deputado Elio Rusch que está falando, quem o condenou é o TSE, é o Tribunal Superior Eleitoral, e tem aplicado multas cinco vezes ao Presidente da República, mas multas que variam de 5 mil, R\$ 10 mil. O que são R\$ 10 mil para um

partido chamado PT a nível nacional? Dez mil reais para aparecer em rede nacional, em todos os canais de televisão e na grande mídia? Isso se torna barato. Isso é um risco calculado.

E por esta razão eu gostaria, Deputado Luiz Carlos Martins, de dizer novamente para a população do Paraná, veja como o PT administra o Brasil e como ele incorre na irregularidade.

E gostaria agora de lembrar neste momento o Deputado Federal Ronaldo Caiado, lá de Goiás - o que disse o Deputado Ronaldo Caiado, Srs. Deputados e caros paranaenses, sobre as cinco multas por campanha antecipada aplicada ao Presidente pelo Tribunal Superior eleitoral? Olha o que disse o Ronaldo Caiado, Sr. Presidente Nelson Justus, ele disse o seguinte, já que estamos na era da Copa do Mundo, sexta-feira inicia a maior competição esportiva popular do planeta - ele disse o seguinte o Deputado do Democratas, lá no Estado de Goiás: "Se continuar nesse ritmo, Lula conseguirá ofuscar um possível hexa da Seleção, ele já é penta em desrespeito as leis eleitorais". Frase muito feliz do Deputado Ronaldo Caiado, o Lula é penta em descumprir as leis já recebeu cinco multas do TSE, o Brasil é penta no campeonato mundial. os dois estão à busca do hexa, me parece, nós brasileiros esperamos que a Seleção Brasileira levante a taça lá na África do Sul e nós sejamos o hexa. Mas, esperamos que o Presidente da República se conscientize, não queria ofuscar a Copa do Mundo e se facilitar ele vai receber o hexa antes da Seleção Brasileira, mas hexa em descumprimento a legislação eleitoral pela aplicação das multas que o TSE lhe impõe por desrespeito! Isso eu chamo de risco calculado porque é a multa mais barata que lhe cabe, ele se torna visível, torna a sua candidatura visível, quando é penalizado é falado de novo como falamos nesse momento aqui também. É tudo forma de divulgar a candidata do Presidente da República, mas a legislação tem que ser respeitada: olha Presidente da República, o hexa está aí, mas esperamos que seja da Seleção Brasileira e não para o senhor na aplicação das multas do TSE.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, caros Deputados e Deputadas, demais autoridades aqui presentes.

Sempre é um prazer ouvi-lo, Deputado Elio Rusch, sua eloquência, seus conhecimentos e fala sobre o crescimento, sobre o crescimento do desrespeito as leis. Mas, quero falar um pouco também sobre crescimento: sobre um período que neste País crescia a fome, crescia o desemprego, a miséria! Um período neste País que cres-

cia a dívida externa, que crescia a privatização e o que diminuía era a moral do nosso País perante o resto do mundo, o que diminuía era o respeito que o resto do mundo tinha com nosso País, o que diminuía eram os sonhos do resto do povo sobre o futuro deste País. Um País que afundava, que desaparecia sob a vergonha do povo brasileiro.

A frase que mais marca este período que viveu este País e espero que a história apague, um período chamado neo-liberal me vem de um livro de um francês chamado François de Chevais chamado A Mundialização do Capital. Nesse livro ele diz que certos Governos do mundo, têm uma palavra que marca a sua história, chama-se: adaptar-se. O período Fernando Henrique, administrado pelo PSDB e pelos Democratas foi um período de adaptar-se, adaptar-se a quê? Apartar-se à submissão ao capital internacional, adaptar-se às imposições do capital financeiro, a acreditar que o mercado é muito grande e muito maior e que não cabe ao Governo local gerar desenvolvimento e renda. O resultado do adaptar-se que foi um período em que tudo diminuía neste País em termos de conceito, de respeito o resultado foi um PIB vergonhoso, foi um período que a dívida externa brasileira aumentou mais do que durante a ditadura militar, cinco vezes mais do que na ditadura militar. Foi um período onde a única coisa certa para cada criança que nascia neste País era o desemprego, a fome, a miséria, a falta de acesso a educação, ao ensino básico e ao ensino superior, esse sim era o período!

Hoje, uso aqui meus poucos minutos, para falar sobre o contrário: sobre o crescer, gerar emprego, distribuir renda, fazer o País e desenvolver e ser respeitado no mundo todo como foi anunciado o novo Produto Interno Brasileiro.

O PIB que é toda a soma da produção de um País no primeiro trimestre deste ano foi o 6º maior do mundo. É o maior crescimento de PIB desde 1996 quando começou a ser calculado esse produto. Se vocês perceberem o nosso crescimento só perde para os Países Asiáticos. Mas, ganhamos de Países como a Índia, ou mesmo outros Países que sempre foram modelo. Qual o resultado disso? Simples, o PIB cresceu porque o País cresceu. Enquanto a Grécia afunda em crise, a Espanha afunda em crise nós crescemos como nunca. Por quê? Porque acreditamos que não é investindo na elite, na maioria que um País cresce. O País cresce com aumento do salário-mínimo regional, com o bolsa-família, com distribuição de renda, com redução de impostos a quem de fato precisa consumir e de fato cobrar de quem deve. Esta diferença que faz com que o Brasil hoje aponte resultado a ser copiado pelo resto do mundo.

Hoje, o Brasil em suas políticas econômicas e sociais é modelo de como se faz empresas crescerem, gerarem emprego, empresas externas. O capital internacional vem aqui se instalar, mas não vem aqui se instalar para produzir para mandar para fora, como sempre fizeram em Governos anteriores. Eles vem aqui para produzir e ven-

der aqui, porque não temos milhões de habitantes, temos milhões de habitantes, cidadãos e consumidores. Pessoas que tem a capacidade de se inserir no mercado e de fazer o nosso País cada dia mais desenvolvido crescendo cada vez mais. Dizer que eu espero que a comparação entre crescimento e decrescimento seja feita pela população agora principalmente nos próximos três meses.

Espero que a população compare. Compare o que é crescer, crescer em algumas multas, ou crescer na fome. Queremos continuar crescendo, distribuindo renda, gerando vida, vida em abundância como nos diz e tenho certeza que será esse o caminho que a população vai escolher, escolhendo Dilma para Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente parabéns ao Sr. José garçom desta Casa, que hoje está comemorando mais um aniversário. Parabéns seu José figura que nos trata com muito carinho. Feliz Aniversário. Registrar a presença na tribuna do meu amigo Rubens Caldarelli grande liderança política de Londrina acompanhado de um jovem talento grande cantor sertanejo Lucas Montana, que são de Londrina e estão hoje nos visitando. Como também estão nos visitando do Sindicato das Classes Policiais Civis do Paraná o André Gutierrez que é o Presidente do SINCLAPOL. E o Ademilson Batista Presidente do SINDIPOL Sindicato dos Policiais Civis de Londrina e Região. E o Diretor do SINCLAPOL Manoel Afonso. E aproveitando a visita desses três ilustres representantes dos policiais civis quero cobrar, apelar, pedir ao Governador Pessuti que mande para esta Casa, vamos agilizar a tramitação e votação do Projeto de Cargo Carreiras e Vencimentos da Polícia Civil, está aqui há muito tempo parado.

O Policial Civil está ganhando um salário miserável com uma profissão de alto risco. O mesmo está acontecendo com os Soldados e Praças da Polícia Militar que aguardam a tal da PEC que implantaria o pagamento em sistema de subsídio para melhorar a vida dos Oficiais. Dos Oficiais já está tudo resolvido, mas falta na Polícia Militar resolver o problema dos Soldados e Praças que continuam com os salários baixíssimos.

A grande e eterna Vereadora de Londrina Vera Rubo, esposa de policial militar, continua guerreira lutando pelos Soldados e Praças. E com o nosso tal apoio aqui da Assembleia Legislativa.

Tem o SindSaúde lutando para reduzir a jornada de trabalho para 30 horas, e, também lutando pelo Plano de

Cargos Carreiras e Vencimentos que não sai. É uma decepção para os servidores públicos do Paraná.

Teve eleição para o Hospital Universitário de Londrina.

(Lê):

Bom dia Sr. Deputado. Me desculpe pela demora na noite de segunda fiquei sem comunicação no meu computador, e o dia de ontem foi por demais atribulado.

Nossa CHAPA Bem-me-quer, é assim constituída:

Diretoria Superintendente - Margarida Carvalho; Diretoria Clínica - Denise Mashima; Diretoria de Enfermagem - Benedita G. A. Ribeiro; Diretoria Administrativa - Osvaldo Garcia.

E foi vitoriosa com 70.44% dos votos, na eleição do dia 26 de maio e nossa posse será dia 14 de junho às 9h no anfiteatro do HUL. Um grande abraço.

Eles conhecem como ninguém a estrutura, as necessidades do HU e, em especial, as necessidades dos seus colegas funcionários. Porque o HU Londrina presta um extraordinário serviço à toda região.

Registra e-mail do Sr. Luiz Carlos Tamarozzi:

Cristma 30 anos

O Cristma - Movimento Cristo Te Ama, teve início numa reunião de liderança cristãs, pois era preciso se fazer alguma coisa para tirar o dependente de drogas das ruas.

Luiz Carlos Tamarozzi e um grupo de amigos iniciaram o trabalho em 31 de julho de 1980, com esse propósito, depois o trabalho foi estendido para dependentes de álcool e familiares.

Hoje o Cristma atende em sede própria, terrenos doado pelo Prefeito Antonio Belinati.

O Cristma expandiu e realiza atendimento em 30 locais da Cidade de Londrina.

Dado o sucesso da técnica foi levado para outras Cidades como Cambé, Ibiporã, Apucarana, Maringá, Primeiro de Maio, Sertãoópolis, São Jerônimo da Serra, Bela Vista do Paraíso e Rolândia.

Semanalmente são atendidas quase 800 pessoas e a procura de iniciantes é de cinco a oito por dia, principalmente por familiares que buscam ajuda para seus doentes. A participação é expressiva e a frequência é de 15 a 20 pessoas por grupo na Cidade de Londrina e na Região Norte do Paraná.

A técnica do Cristma é um programa de sete fases para atender o participante que vivencia diariamente e assim admite a doença, aceita ajuda e inicia o processo de recuperação.

O tratamento da doença do alcoolismo, da dependência das drogas e da busca da serenidade, no caso dos familiares é um investimento constante, por tempo indeterminado, pois a recaída ocorre principalmente se houver um afastamento das atividades.

Nesses 30 anos de prestação de serviços milhares de pessoas passaram pelo tratamento, pela necessidade que a doença exige, mas também pela credibilidade e organização que o Cristma oferece.

Nossa homenagem ao Sr. Luiz Carlos Tamarozzi, à sua esposa e à sua equipe que, com amor, com fé em Deus e com Cristo no coração tem libertado pessoas que estavam à beira do abismo, viciados em drogas, pessoas alcoólatras que estavam perdidas no mundo e que conseguiram a recuperação nesse trabalho de amor, de fé e de competência da família Tamarozzi, e todo o pessoal que faz do Cristma essa grande entidade humanitária de Londrina um modelo para o Paraná e para o Brasil.

O Sr. Walter Serighelli Guimarães procurou o nosso gabinete, onde os nossos funcionários estão sempre firmes para atender o povo. E hoje a nossa querida equipe de trabalho recebeu aqui o Sr. Walter Seriguelli Guimarães, sobre a carteirinha para poder viajar de graça nos ônibus.

De vez em quando pessoas como ele têm que sair do Paraná, têm que ir para o Estado de São Paulo ou Santa Catarina para arrumar uma carteirinha para quem é pobre poder ir de graça no ônibus, em que pese ter a lei, mas a lei da carteirinha não está sendo cumprida, ou está sendo muito mal cumprida aqui no Paraná. É preciso respeito a quem já tem idade e é pobre, como é o caso do Sr. Walter Seriguelli Guimarães.

E-mail do Sr. Álvaro Cavallari, que pede para que chamemos a atenção do Comandante da Polícia Militar do Paraná.

É aquela história de que a filha dele, Iasmim Andressa, tinha um sonho de ser oficial da Polícia Militar do Paraná, mas foi preterida no exame, porque foi criada uma lei aqui, absurda, desumana, um decreto desumano em que beneficiou e privilegiou alguns alunos do Colégio Militar do Paraná em prejuízo dos demais.

Fica aqui um puxão de orelhas do Sr. Álvaro Cavallari ao Comandante da Polícia Militar e a todos que comandam este Paraná.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

E-mail do Sr. Wilson Bispo: *Sr. Deputado Antonio Belinati, é a primeira vez que venho entrar em contato com o senhor. Estou com 46 anos e sou seu eleitor desde os meus 18 anos, por saber que sempre defende as pessoas mais necessitadas, portanto sei também das dificuldades que hoje encontra para ajudar as pessoas. Fui ao médico e ele receitou a vacina BCG, pois estou com imunidade baixa. Custa muito caro, R\$ 196. Se o senhor puder me ajudar ficarei muito grato, e independente de qualquer coisa continuarei sendo seu eleitor, pois já fiz muito por Londrina. Abraço.*

Faz 28 anos que o cidadão Wilson Bispo é nosso eleitor. Deus lhe pague. Digo sempre que não sou ninguém aqui sem o abençoado voto do povo. Devo tudo ao povo, devo o meu mandato, a minha carreira política ao nosso povo.

Ele está dizendo que foi ao médico e que foi tomar a vacina BCG, porque está com a imunidade baixa, só que a vacina da clínica particular está custando R\$ 196.

Agora, quem tem baixa renda, quem ganha um salário-mínimo por mês, se pagar uma dose de vacina BCG a R\$ 196 vai comer o quê?

Teria que ter as vacinas nos postos.

E-mail da Sra. Suelen Silveira, ela tem uma dúvida quanto a obrigatoriedade do uso das cadeirinhas nos veículos. Essa lei ia entrar em vigor hoje, foi prorrogada para o mês de julho.

E-mail: *Me chamo Suelen Silveira, tenho uma filha de cinco anos e estou com dúvidas com relação à nova lei que obriga o uso de cadeirinhas para as crianças em veículos. Soube um pouco sobre a nova lei, mas me questiono o seguinte: quando minha filha sair com outras pessoas da minha família e eu estiver com o meu carro e com a cadeirinha dentro dele, como é que faremos? Quer dizer, ela, mãe, pode ter uma cadeirinha no carro dela, mas de repente é comum pegar carona com o avô, com a tia, com alguém da família em um outro carro que não tenha cadeirinha.*

Ela fala: *Cada família que tiver uma criança deverá ter uma cadeirinha no carro? Se um deles for pego sem a cadeirinha e com a criança, deverá imediatamente deixar o veículo onde está, pois não poderá transitar com a criança se não houver a cadeirinha no carro?* Agora, pega um bairro deserto, chega para a mãe e diz: a senhora não tem a cadeirinha no carro, então pode descer do carro e vai largar o carro aqui. Como é que a mãe vai fazer com o bebê no colo? Será que ela vai andar cinco, oito, dez quilômetros a pé para voltar para casa? Nem todo lugar tem táxi, ou até passar um ônibus demora!

São questionamentos interessantes. E ela diz ainda que: *Nessa hipótese a solução seria utilizar um táxi, mas esse também não vai ter cadeirinha.* Então, ela está dizendo que mesmo que a mãe pegue um táxi, o que vai acontecer se o táxi não tiver cadeirinha? Porque a lei não obriga o táxi a ter a tal cadeirinha, pois o táxi não é um modelo único para todos os tamanhos e idades de crianças. Nesse caso, o que fazer?

Ela diz também: *Acredito que o uso de cadeirinha seja obrigatório no caso de crianças muito pequenas e que ainda não conseguem utilizar o cinto de segurança, ou que ainda não tenham o reflexo para sentar direito em um assento de carro.* Mas calculem, será que uma criança de oito anos também será obrigada a sentar na cadeirinha? Acredito que nem caiba e nem tem sentido!

E uma outra pergunta dela: *E se a família tiver três filhos com idade de zero a oito anos de idade vai ter que colocar três cadeirinhas no banco traseiro do veículo? No carro popular não cabem três cadeirinhas. Será que ao menos um de vocês conseguiria me responder o que fazer? Qual é a finalidade dessa legislação? E um outro apontamento importante que cabe nessa questão é que*

no meu carro a minha filha de cinco anos não pode andar sem cadeirinha, mas ela pode andar em pé em um ônibus hiperlotado, com motoristas que aceleram para passar no sinal amarelo, que tocam o ônibus em cima dos outros carros menores, motoristas que atravessam o sinal vermelho porque sabem que já vai ficar verde. Enfim, o uso do cinto de segurança é obrigatório apenas nos carros, mas nos ônibus de transporte coletivo não precisa, sendo que lá podemos viajar em pé, sem a menor segurança. Acredito que eu possa receber ao menos uma resposta de todos esses representantes da população para os quais enviei este e-mail e espero que algum deles tenha conhecimento para que possa me responder e me auxiliar no caminho a seguir.

Então, ela está levantando o questionamento que no carro é obrigado a ter cadeirinha e no ônibus, no transporte coletivo, não, e que a criança tem que andar na cadeirinha mas pode viajar no transporte coletivo lotado, em pé, e correndo todo o risco. São questionamentos que ela levanta, em que pese o objetivo da medida ser preservar a vida, a segurança da criança, mas não deixam de ser interessantes esses questionamentos levantados por essa mãe, a Dona Suelen Silveira, que mandou um e-mail para mim e que fiz a leitura com muita honra.

Temos que abrir espaço para o povo, para concordar ou discordar de determinadas medidas que as autoridades tomem.

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Grande Expediente, o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estamos assistindo, na Câmara Federal e no Congresso Nacional, a discussão de um projeto de suma importância para o nosso País, projeto do Código Florestal, que está fazendo com que uma discussão ampla possa acontecer pelos Parlamentares, pelos Deputados Federais, ouvindo entidades produtivas e também entidades de defesa do meio ambiente. E no dia de ontem, em uma reunião da comissão especial da Câmara dos Deputados que está analisando as propostas de mudança do Código Florestal, vimos o relator, Deputado Aldo Rebelo, que é o relator do projeto da reforma florestal, que ele é do Partido Comunista Brasileiro, colocar a sua vontade dentro desse relatório que ele está escrevendo para poder ser apresentado nessa reforma do Código Florestal. E uma das mudanças mais controversas é a redução do limite mínimo obrigatório para a mata ciliar.

Então, dentro dessa comissão e dentro deste relatório que ele está fazendo, propostas importantes estão

sendo discutidas. E interessante que ele está sendo questionado em especial por ONGs, que tentam impor as suas vontades, e ele está tendo uma posição 100% independente da vontade de entidades que tentam, de uma forma ou de outra, interferir e colocar a sua vontade. Nem sempre a vontade é real, mas muitas vezes ONGs do nosso País são custeadas, às vezes com o dinheiro público, muitas vezes com recursos de outros Países, que fazem com que elas defendam uma ideia, e muitas vezes essas ideias que elas defendem são interesses diretos, interesses de empresas, muitas vezes multinacionais, muitas vezes empresas ...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Plauto, desculpe interromper o vosso pronunciamento, mas eu, na qualidade de Presidente da Sessão, gostaria de registrar a presença, que está visitando o nosso Presidente Deputado Nelson Justus, o Desembargador Dr. Celso Rotolli de Macedo, que vai assumir a presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; acompanhado também do seu filho, Dr. Marciel, que é Juiz de Direito aqui numa das Comarcas do nosso Estado. Sejam bem-vindos.

Suspendo a Sessão por cinco minutos para que os Srs. Deputados também possam cumprimentar o Desembargador, futuro Presidente do Tribunal de Justiça.

(**É suspensa a Sessão**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está reaberta a Sessão. Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ

Continuando, Sr. Presidente, pelas propostas do relator, o Deputado Aldo Rebelo, os Estados continuarão sujeitos às normas ambientais nacionais, mas aí está uma grande mudança, poderão produzir regras próprias pautadas em critérios técnicos. Um instrumento de gestão do território a ser usado pelos Estados é zoneamento ecológico-econômico, o ZEE, que estabelece diretrizes para proteção ambiental e as distribuições das atividades econômicas para assegurar o desenvolvimento sustentável. Só para ter uma ideia, aqui no Estado do Paraná este zoneamento está sendo escrito desde 2003 e não chegaram, até agora, à sua conclusão.

Segundo o Deputado Aldo Rebelo, as áreas já em uso para produção serão consideradas espaços consolidados, que há uma divergência por alguns ambientalistas de que áreas que estão produzindo, hoje, no País, devem deixar de produzir alimentos e voltar, sim, a se tornar florestas. Então, é uma questão altamente polêmica que estamos acompanhando e vendo a discussão acontecer dentro do Congresso Nacional.

No jornal aqui em nossas mãos tem uma entrevista do Deputado Aldo Rebelo, que fala sobre alguns temas

relacionados à essa reforma. E quero fazer a leitura de alguns pontos para deixar registrada, nesta casa, a linha de pensamento do Deputado Aldo Rebelo, relator do Código Florestal. Uma das perguntas que o jornal Valor Econômico fez foi: *Qual é o objetivo do relatório de Aldo Rebelo?* E ele responde: *Minha ideia é criar a base de uma legislação que deixe o agricultor em paz, onde o Estado tenha mais função de orientar, fazer da preservação do meio ambiente não humilhação e punição, mas sim a educação.*

A outra pergunta que lhe fizeram foi se ele vai delegar para os Estados o direito de legislar sobre a questão ambiental, e ele responde: *Sim, vamos buscar incorporar Estados e Municípios.* Eles têm que delegar e, naturalmente, a União destinar recursos, como se faz para a Saúde, para a Educação, para que cada Estado possa ter sua adequação da questão ambiental, que é bem diferente o Estado do Paraná, o Estado de Santa Catarina, o Estado de São Paulo para com o Estado do Amazonas, onde temos uma diferença grande. As terras do nosso Estado já são terras abertas, produtivas, que cumprem com sua função social, enquanto lá no Estado do Amazonas são terras que têm cobertura florestal e, naturalmente, são áreas que devem não ser derrubadas para que possam cumprir sua questão ambiental.

Uma outra pergunta interessante que foi feita ao Deputado Aldo Rebelo é qual critério que ele vai usar para calcular as APPs - Áreas de Preservação Permanente, e aqui ele fala: *A mata ciliar é para proteger a margem dos rios.* Dizer que são 200 ou 300 metros de largura, nada diz nada. A EMBRAPA diz que foi tirada da cartola determinada vontade, hoje exigida pelos órgãos ambientais: primeiro, tem que examinar o terreno, a margem, o tipo de solo à margem de cada rio, o declive, a situação frágil que possa estar ou não, no caso quando chuvas acontecem e possam elas virem a assorear os rios.

Então, a questão do tamanho da mata ciliar será discutida não mais por ambientalistas, não mais por técnicos dessas áreas, e sim por técnicos da EMBRAPA, de universidades, que possam ter um critério claro, técnico, sem interferência e vontades, como vemos hoje, de algumas entidades ambientalistas.

Outra questão é a questão de morros que hoje a legislação, os órgãos ambientais e também o próprio Ministério Público aponta que o morro que está sendo explorado não deve receber qualquer ação do homem, mas tem no Estado de Santa Catarina e outros Estados da nossa Federação, como aqui em Caxias do Sul, produção de maçãs, de uva, que são feitas em áreas que têm um certo declive e a legislação proíbe o plantio dessas culturas. E o que o Deputado Aldo Rebelo, em seu relatório, tenta fazer? Repito, é adequar e fazer com que a legislação seja voltada para a produção e também para a proteção ambiental, e não só para um dos lados que hoje vemos a questão toda voltada meramente em defesa só do meio ambiente e muito pouco sendo pensado nas áreas de produção de grãos, de alimentos, no nosso País.

(Lê):

*“À luz da legislação, o Brasil é um crime ambiental”
O relator da Comissão do Novo Código Florestal abre o jogo*

Ao contrário da maioria dos ambientalistas acomodados em ONGs de gabinetes refrigerados, os componentes da Comissão da Câmara Federal encarregada da reforma do Código Florestal correram o trecho. Presidida pelo paranaense Moacir Micheletto e com o Deputado nacionalista Aldo Rebelo como relator cruzaram o meio rural brasileiro, vendo e ouvindo os produtores e os problemas causados pela inchada legislação ambiental - 16 mil itens. Em razão do processo eleitoral em andamento, é possível que haja dificuldades na votação do relatório de Aldo Rebelo, mas sua intenção é apresentá-lo no próximo mês de junho.

Um resumo da opinião formada por ele depois das viagens pelo País pode ser constatada na longa entrevista que ele concedeu em 17 de maio, ao jornal Valor Econômico. Nela, Rebelo antecipa os principais pontos do relatório que irá apresentar, mostrando de forma realista a contundente os traumas da atual legislação no meio rural. Para ele: “Não tem como ter agricultura, pecuárias e infraestrutura no Brasil com esta legislação. Só tem porque ela não é aplicada. Se for aplicada, não existe”. Ou “Minha ideia é criar a base de uma legislação que deixe o agricultor em paz”.

A seguir os principais pontos abordados por Rebelo ao Valor Econômico.

Valor: *Qual o objetivo do seu relatório?*

Aldo Rebelo: *Minha ideia é criar a base de uma legislação que deixe o agricultor em paz. Onde o Estado tenha mais função de orientar, fazer da preservação do meio ambiente não humilhação e punição, mas educação.*

Valor: *O senhor delegará poder aos Estados?*

Rebelo: *Sim, vamos buscar incorporar Estados e Municípios. tem que delegar e destinar recursos, como se faz com Saúde e Educação.*

Valor: *As APPs e reservas legais serão mantidas?*

Rebelo: *Embora a reserva legal e a APP sejam personalidades jurídicas únicas no direito ambiental internacional, com exceção do Paraguai, para cumprir o nosso compromisso com o projeto civilizatório ambientalmente equilibrado devemos manter as duas. E calcular a soma da reserva legal com a APP para exigência legal.*

Valor: *O senhor já tem um critério para calcular as APPs?*

Rebelo: *A mata ciliar é para proteger margem de rio. Dizer que é 200 ou 300 metros de largura não diz nada. A EMBRAPA diz que foi tirado da cartola. Primeiro, tem que examinar o terreno da margem e o tipo de solo. Se tem declive, em situação mais frágil com a chuva que pode assorear o rio, tem que ter APP maior. Se além do declive tiver solo arenoso, raso, tem que colocar a APP mais protetora. Mas, se tem terreno plano, o solo*

duro, argiloso, a APP pode ser menor. E se tem rochedo, um canion, na margem tem que ter outra solução.

Valor: E os topos de morro, as várzeas?

Rebello: No topo de morro, fica na ilegalidade a turma que planta uva em Caxias, Garibaldi, quem planta maçã, café em Minas. É um conceito abstrato que oferece ao Ministério Público o arbítrio de processar qualquer produtor que está lá há anos e não tem como definir, a não ser um técnico, o que pode ou não plantar. Tem que entregar à universidade, à EMBRAPA, para dizer o que é. Não pode deixar o Ministério Público, que não sabe a diferença entre um pé de maxixe e uma jaqueira, dizer o que é porque ele não sabe o que é. E tem o absurdo de proibir arroz em várzea.

Valor: O senhor não teme a reação dos ambientalistas?

Rebello: Essa gente acha que democracia é ter lei ambiental que não passou pelo Congresso. Das 16 mil normas ambientais, de decretos, leis, portarias, 90% não foram votadas por ninguém, não se discutiu ou decidiu. Eles acham isso democrático. Quando queremos levar ao Congresso, Estados e Municípios, estamos querendo levar a sociedade em conta. E o Ministério Público transformou-se, na prática, no braço jurídico dessas corporações, das ONGs. Eles ficam raivosos, mais é isso. E como a sociedade não tem organicidade, o povo não chega nele. Chega quem tem articulação. As corporações têm e chegam. E as ONGs terminaram chegando. Não tem como ter agricultura, pecuária e infraestrutura no Brasil com esta legislação. Só tem porque ela não é aplicada. Se for aplicada, não existe.

Valor: Como os Países desenvolvidos solucionaram o problema?

Rebello: Não existe na legislação européia, americana, algo como temos no Brasil. É simplesmente estarrecido, inacreditável o que temos na legislação ambiental brasileira. Não sei como chegamos a este estado, como tantos abusos foram cometidos, como foi imposta ao País esta legislação sem que houvesse por parte do Estado e da sociedade algum tipo de repulsa.

Valor: Que exemplos o senhor considera repulsivos?

Rebello: Como se pode aceitar uma legislação que coloca na ilegalidade 90% dos proprietários, o cidadão que arranca uma minhoca da beira do rio, um índio que põe raiz de mandioca para fermentar dentro de um igarapé, todo o rebanho no Pantanal, onde se cria boi há 250 anos.

Valor: E com a agricultura, a situação é melhor?

Rebello: Sentença e cinco por cento do arroz produzido no Brasil está na ilegalidade. A produção de banana do Vale da Ribeira, que é uma dádiva porque abastece 20 milhões de pessoas em São Paulo a 100 quilômetros de distância, quando o europeu tem que comer banana da Costa Rica e o americano tem que comer banana do Equador. Aqui está tudo na ilegalidade. Como pode, em um único Município de Mato Grosso, ter 4 mil

assentados do INCRA, proibidos de receber o PRON crédito rural porque não conseguem cumprir legislação ambiental? Os pequenos agricultores vendendo suas propriedades porque elas são desvalorizadas pela ação do Ministério Público, pela ação dos órgãos ambientais.

Valor: Há algum sentido nesta desordem permanente, que ninguém corrige?

Rebello: Essa anarquia não é anarquia, há uma lógica. Você bloqueia a infraestrutura do País, completamente, não consegue fazer nada, não consegue pavimentar uma estrada, fazer uma ponte, uma ferrovia, um arremedo de hidrelétrica como é Belo Monte.

Valor: Hoje, seria possível fazer uma Itaipu?

Rebello: Nada. Também não faria Brasília, hoje. Levou mais tempo para licenciar uma pista do aeroporto de Brasília do que para fazer Brasília. A luz dessa legislação, o nosso País é um crime ambiental, não um projeto civilizatório generoso da tolerância. Quando os portugueses chegaram aqui já existiam os criminosos ambientais, os índios, que caçavam sem licença. A literatura brasileira é cheia de crimes ambientais. Em Vidas Secas, em Os Sertões. E quando você olha para a legislação européia e americana sequer existe a figura jurídica da reserva legal.

Valor: Qual a reserva legal da Holanda, de onde vem o combativo Greenpeace?

Rebello: Na Holanda, não existe. Na Amazônia, é 80%. Aqueles canais cortam a Holanda de cima abaixo. Qual a APP - Área de Proteção Permanente, a mata ciliar?

Valor: É este diagnóstico que faz um ícone da esquerda como o senhor ser identificado com o pensamento ruralista?

Rebello: Quem são os ruralistas? Os assentados do INCRA? Os assentados da reforma agrária de Araçatuba? Da fazenda Ipanema, que eu conheço e visitei, e que têm as mesmas preocupações com relação a essa aplicação da legislação? O binômio ruralista-ambientalista é um discurso que serve a esse tipo de ambientalismo, que não é todo ambientalismo, não. Cerca de 90% dessas ONGs são locais, bem intencionadas, e algumas fazem trabalho importante, humanitário.

Valor: E os outros 10%?

Rebello: São meia dúzia de ONGs, algumas com sede no exterior. Chegam aqui, recebem muitos recursos de fora - algumas recebem do próprio Governo Brasileiro. Já discuti a questão da Caatinga em Petrolina. O Ministério da Integração fez um convênio com uma ONG americana. Perguntei: não tem uma universidade federal da Bahia, de Pernambuco, de Petrolina, para resolver esse problema? Precisa uma ONG americana? Agora o Banco do Brasil está contratando uma outra ONG estrangeira. Há uma espécie de submissão, de capitulação do Estado nacional diante dessas pressões.

Valor: com que objetivo agem essas ONGs?

Rebello: Congelar a fronteira agrícola, transformar o Código Florestal numa espécie de Código Tributário.

rio, para jogar nas costas da agricultura brasileira um custo que não pode ser jogado na Organização Mundial do Comércio. Porque a confusão está toda em Mato Grosso e não está em São Paulo? Por causa da fronteira agrícola. Aham que é preciso conter a expansão da fronteira agrícola do Brasil, ela se constitui numa ameaça aos nossos concorrentes lá fora. Guerra da soja, do algodão, do açúcar, da carne. Por que vão se reunir 500 ONGs em Colider? Para obstruir a Cuiabá-Santarém? O que ela tem de tão horrível se pode, inclusive a mesma rodovia que transporta carne, soja, gente, boi, ela também pode transportar os fiscais do meio ambiente, as ONGs, para olhar o que está acontecendo. É para impedir o transporte de grãos. Então, não tem nada de inocente, nada de humanitário nisso. Não estão aqui em busca do nosso bem. Estão aqui em busca dos nossos bens, como disse o sábio Padre Antonio Vieira.

Valor: *Que ONGs estão em busca dos nossos bens?*

Rebello: *Possa dizer uma, que é a holandesa: Greenpeace. Tem sede na Holanda, registrada na Junta Comercial de Amsterdã. Com um histórico muito pouco recomendável, perdeu muito prestígio na Europa por conta de denúncias e resolveu recuperar o prestígio fazendo campanhas na Amazônia. São executivos, não é trabalho de voluntários. São bem remunerados.*

Valor: *Como resumir as consequências desse legislação?*

Rebello: *São duas: primeiro a concentração da propriedade de terra. E segundo um processo de desnacionalização, porque o investigador estrangeiro, com o custo lá fora, no País dele, muito elevado, pode suportar esse custo aqui.*

Valor: *Quem tem lavado vantagem com o código atual?*

Rebello: *Uma parcela dessas ONGs que transformam a batalha numa espécie de indústria. Espalham pânico, medo, e colhem recursos para dizer que protegem o meio ambiente dos predadores do campo. Ninguém se dá conta da tragédia ambiental nas metrópoles. Em São Paulo, tem uma represa que banha 11 Cidades. É bonita, cercada de APP, mas ninguém nada porque recebe o esgoto dessas Cidades. Então, a pessoa está em São Paulo, tem aquele rio Tietê que recebe todo o esgoto, tem dois carros na garagem, come pizza no forno a lenha e acha que o problema ambiental é de quem cria vaca em Araçatuba, uma cabra em Petrolina ou planta milho em Rondônia. Há um divórcio entre a sociedade rural e a mentalidade urbana que não tem consciência dos seus próprios problemas. Os ativistas dessas ONGs têm origem urbana, desconhecem, têm um bloqueio, não conseguem visualizar o mundo do campo.*

Valor: *E o campo é o vilão?*

Rebello: *A agricultura brasileira é muito desigual. Parte dela é pré-capitalista, semicapitalista, sem capital ou tecnologia intensiva. Essa é a mais vulnerável à legislação. Ela pode não ter função econômica relevante, ser cotada na bolsa, mas tem função social relevante porque*

garante a sobrevivência de muita gente. As pessoas estão ali por opção existencial, espiritual, querem viver no campo, se identificam com aquilo. Porque vamos expulsá-las dali? A agricultura intensiva em capital e tecnologia - essa de Mato Grosso, grande criador de gado, produtor de grãos - é responsável pelo êxito do Brasil na crise da Europa e dos EUA.

Concedo um aparte ao Deputado Pedro Ivo.

O Sr. Pedro Ivo (PT)

Deputado Plauto, estava prestando atenção do meu gabinete, ao pronunciamento, desci para fazer um aparte, porque é muito importante que seja transmitido esse projeto que está sendo discutido no Congresso Nacional. Deputado Plauto, quero acrescentar na sua fala a importância do relator, o Deputado Aldo Rebello tem uma posição de esquerda do Partido Comunista, como V. Exa. já colocou, mas ele circulou o Brasil e conseguiu sintetizar aquilo que veio da base realmente, a dificuldade que os agricultores estão passando hoje. E ele conseguiu conciliar, na verdade, uma ideia de centro, onde não pega nenhum extremo daqueles que querem depredar o resto que se tem, mas nem aqueles que defendem uma posição extremamente radical ambientalistas e que acham que a questão ambiental está acima da questão social. E ele sintetiza no seu relatório e traz uma coisa muito boa, inclusive, é preciso que todos nós estejamos defendendo essa proposta do relator Aldo Rebello, e que, inclusive, ele coloca no seu relatório que ele acaba com a reserva legal para o pequeno proprietário, é fim da reserva legal para a pequena propriedade rural. Esse é um fato muito importante e é bom que todos estejamos atentos a essa grande mudança que está ocorrendo no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço, Deputado Pedro Ivo, o seu pronunciamento. E aquilo que, na minha avaliação, tecnicamente, porque técnicos da EMBRAPA, técnicos de universidades, equilibrados, dizem que temos que proteger o meio ambiente, mas ao mesmo tempo temos que utilizar as riquezas, o solo do nosso País, para continuar produzindo alimentos. E dentro dessa discussão, é muito longa a entrevista, mas ele deixa claro que os outros Países não têm interesse de ver o avanço da produção do Brasil, o avanço da produtividade brasileira, porque ela vai fazer com que outros Países não consigam competir com o custo de produção dos grãos, dos cereais, do nosso Brasil. O nosso clima é favorável, o nosso solo é favorável, a distribuição pluviométrica, as chuvas do nosso País acontecem regularmente e em um escalonamento favorável à produção agrícola.

Os Estados Unidos, que são um dos grandes produtores de grãos, tem dificuldade, porque em um período do ano neva, não se consegue produzir alimentos em cer-

tos períodos, meses do ano. Diferente aqui do nosso País, do nosso Brasil, repito, onde o custo de produção é muito inferior dos demais Países do nosso planeta. Isso faz com que interesses internacionais injetem recursos em ONGs, que a serviço do capital estrangeiro trabalham, tentando cada vez mais amarrar a legislação ambiental, não deixando que ela venha cumprir com o seu dever, que é preservar, mas ao mesmo tempo fazer com que áreas que estão sendo exploradas em nosso País, possam continuar cumprindo com a sua função social que é produzir alimentos para todos nós brasileiros.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Deputado Plauto, ouço com muita atenção o vosso pronunciamento. Parabenizá-lo em relação ao relato que V. Exa. faz de uma entrevista, concedida pelo Deputado Aldo Rebelo, que é o relator desse projeto do novo Código Florestal Brasileiro.

Tenho participado de algumas Audiências Públicas, que foram presididas pelo Deputado paranaense, Moacir Micheletti, onde diversos Deputados do Paraná e de outros Estados da nossa Federação estavam presentes. Sentimos que os Deputados que são integrantes dessa comissão têm as suas atenções voltadas para ouvir os dois lados, tanto os ambientalistas como também o setor produtivo. Deu para entender que o Código Florestal Brasileiro que existe hoje, a legislação ambiental, foi feita pelos técnicos que não conhecem o que é uma mata ciliar.

Tenho participado, em uma dessas reuniões em Brasília, com a CNA, que é presidida pela Senadora Kátia Abreu, que tem defendido essas teses, junto com as cooperativas, com a FAEP e com a FETAEP. É uma proposta que atende o pequeno, o médio e o grande. Quando foi falado da mata ciliar, ele disse que ela depende do declive, do barranco do rio. Se o rio está no talvegue profundo, automaticamente, é preciso ter uma mata ciliar mais larga. Se ele corre em uma planície, a mata ciliar tem que ser mais estreita. Qual é o objetivo da mata ciliar? É evitar o assoreamento do rio. Se a terra é arenosa, automaticamente, tem que ter uma mata ciliar um pouco mais larga. Se a terra for argilosa, é a mesma coisa em referência ao topo de morro, à inclinação. Tudo isso está sendo discutido com os técnicos da EMBRAPA, que conhecem, e junto com os Deputados que tenham conhecimento.

O Brasil tem que parar de dar ouvidos à essas ONGs. Por exemplo, vou citar uma, o Greenpeace, que é uma ONG internacional, onde no seu País não tem nada de floresta, nada de mata ciliar e acabaram com o meio ambiente. Agora vem aqui no Brasil dizer o que tem que ser feito. Tenho certeza que o Congresso Nacional haverá de dar ouvidos, sim, aos ambientalistas, que querem a produção e a conservação do meio ambiente. Têm que andar juntos. Não se pode radicalizar nem de um lado e nem do outro. Queremos que seja uma coisa para o futuro.

Obrigado, Deputado Plauto.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço, Deputado Elio Rusch.

Eu tinha muitas outras indagações que queria deixar registradas. Mas vou entregar à taquigrafia Casa esta entrevista do Deputado, para que possa ficar registrada na história do nosso País, a importante ação que esse Deputado do PC do B está fazendo dentro da legislação do Código Florestal, fazendo com que muito equilíbrio possam ter as decisões, em cima de questões e de pareceres técnicos de pessoas, profissionais preparados, sendo da EMBRAPA ou de universidades, pessoas que conhecem a necessidade e a realidade do nosso País.

Vou acompanhar, passo a passo, essa discussão que acontece na Câmara dos Deputados, para aqui deixarmos registrado e podermos discutir. Naturalmente, através da TV SINAL, aqui, passar à população aquilo que acontece, em especial aos proprietários rurais, aos produtores rurais, o que está sendo modificado para facilitar a vida e a produção do campo do nosso Paraná e do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto, no Grande Expediente.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Deputado Jocelito Canto, o senhor me permite, antes da sua fala, pois eu estava envolvida com um telefonema aqui e ouvi parcialmente o pronunciamento do Deputado Plauto Miró, que é um Deputado que eu respeito muito, como todos os demais integrantes desta Casa, mas que o deixar registrado nos Anais desta Casa que na próxima Sessão, na segunda-feira, quero me pronunciar com relação e fazer o contraponto do posicionamento do Deputado Plauto Miró em relação às mudanças do Código Florestal.

Quero discutir essa questão juntamente com o Deputado Cheida e outros membros da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e fazer um debate sobre essas questões levantadas pelo Deputado Plauto Miró, que embora eu respeite muito, tenho uma visão completamente diferenciada dessa questão.

Muito obrigado, Deputado Jocelito Canto, muito obrigado pela gentileza.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O tema hoje que quero tratar, e quero perguntar ao Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, sobre a questão que envolve cargos de liderança, um funcionário que trabalha numa diferença pode trabalhar fora da Casa? Pode prestar serviço fora aqui da Casa, nomeado numa liderança, pode trabalhar de voluntário fora da Casa? Quero perguntar a V. Exa., porque ontem perguntaram para mim, várias pessoas, por que é que alguns Deputa-

dos foram àquele movimento e outros não foram, a grande maioria não foi e uma minoria foi?

Eu achei, por exemplo, que os Deputados que foram ao evento estariam aqui e eu queria passar um aparte a eles para fazer uma pergunta, mas não vejo nenhum dos que foram ao evento. Queria perguntar a eles alguma coisa, mas infelizmente nenhum está no plenário neste momento, nem o Deputado Tadeu Veneri.

Mas pergunto a V. Exa., Sr. Presidente: cargo em liderança pode ter trabalho voluntário fora da Casa no período de trabalho? Liderança, não estou falando de agente político, que é aquele que trabalha nos gabinetes fora. Estou perguntando a V. Exa. sobre cargo de líder, pessoa que trabalha na liderança aqui da Assembleia, porque no meu ponto de vista liderança são aqueles que ficam aqui e que têm que trabalhar aqui.

Eu perguntaria a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu faço questão, Deputado, na condição de Presidente, ontem até já fui indagado várias vezes e não deveria ter respondido na mesma hora.

Fora questão de responder a V. Exa., por escrito, para que V. Exa. tenha a convicção plena daquilo que a Mesa está dizendo.

E eu sei até por que V. Exa. faz esta pergunta, e ela é muito pertinente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Porque, Sr. Presidente, ontem não fui no movimento, respeito quem foi. Quem foi, foi lá não sei se representar a Assembleia ou representar o momento político, as eleições que vem aí. Mas, teve alguns Deputados que estiveram lá. Volto a dizer aquilo que penso: para ir ao movimento que diz que tem muitas coisas erradas nesta Casa, é um movimento que a sociedade pode fazer. Mesmo que tenham ido poucas pessoas, lá em Ponta Grossa o movimento foi pequeno, não teve mil pessoas. E sei de outras Cidades que teve menos. Mas, o povo não quer participar, o povo está de saco cheio com tudo. O povo não vai. Isso que tinha atrações! Se eu parar lá na Boca Maldita e cantar, o povo pára pra ver. Eu que sou ruim como cantor, mas param.

Então, ontem foi movimento com lideranças do Paraná inteiro, do Brasil, em horário nobre, que se fosse pago custaria uma fortuna, mas pelo que sei foi doado para o movimento. Mas vi, por exemplo lá, algumas pessoas que não sei se poderiam estar lá. Por exemplo, Deputados nossos aqui. Vi um Senador da República fazendo pronunciamento, o nosso querido Senador Flávio Arns. Muito bom. Agora, queria perguntar ao Senador, quando é que ele fiscalizou as contas do Senado? Quando fiscalizou um dia as contas do Sarney? Quando fiscalizou uma nota taquigráfica do Senado dizendo que ele fiscalizou a corrupção do Senado? Antes. Não vi.

Queria perguntar aos nossos Deputados que foram lá, não está nenhum no plenário agora, queria perguntar,

Deputado Tadeu, é muito bonito o discurso, mas volto a dizer: é bonito ir lá, mas Deputado Tadeu, V. Exa. alguma vez fiscalizou o Presidente aqui sobre as contas da Casa? O senhor foi lá, agora, fiscalizou alguma vez o Nelson Justus e o Alexandre Curi?

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Primeiro, Deputado, com todo o respeito que tenho por V. Exa. e por todos os Deputados aqui, quero... (interrompido).

Deputado, o senhor me deu um aparte. O senhor não tem o direito de perguntar se foi ou não foi, porque não perguntei ontem por quê o senhor deixou de ir.

O senhor quer me dar um aparte ou não?

Quando apresentamos todos os pedidos de informações feitos aqui, aliás, o senhor nunca apresentou nenhum a respeito da Mesa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu fui o primeiro a dizer que errei.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Deputado Jocelito Canto, em 2005, se o senhor procurar vai encontrar um pedido de informações que eu fiz, em 2005, Deputado, quando foi feito o reenquadramento, sobre o número de funcionários, o último concurso, quantos comissionados, fiz para o Deputado Hermas Brandão. Isso é fiscalizar!

Quando fizemos aqui, recentemente, um pedido de informações, não é ao Deputado A ou B, à Mesa, como tínhamos feito antes sobre os carros, não só eu, vários Deputados, V. Exa. inclusive. Quando aqui nos propusemos, outros Deputados também a acompanhar a Comissão de Sindicância, entendo que isso é fiscalização. Eu lhe dei o exemplo, em 2005 já fazia. Aliás quando eu cheguei aqui, Deputado, V. Exa. lembra o que o senhor me falou logo que eu cheguei aqui e fiz um pedido de informações ao Tribunal de Contas, de como deveria ser feita a prestação de contas, porque não havia nenhum normativo, o que o senhor me falou? “Eu fiz isso e me dei mal, você não deveria fazer.” O senhor falou isso ali atrás e faz sete anos e meio, então tenho a consciência muito tranquila.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Uma segunda pergunta e V. Exa. vai responder também: na sua passagem aqui na Assembleia acha que não tem nenhum erro, não fez nada de errado do que os movimentos gritaram na Boca Maldita e em todo Paraná?

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Se eu não tivesse cometido nenhum erro não estaria aqui, estaria num pedestal e seria santo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. respondeu o que eu queria, eu sabia que V. Exa. não chegaria a 100%, mas chegaria a 90, passaria

dos 50. Então, chegamos à conclusão que realmente aqui na Assembleia são raros os pedidos de informações. O Deputado Tadeu me lembrou aqui que ele fez um pedido de informações lá atrás e não foi respondido, e não era Presidente o Nelson Justus, era o Hermas Brandão.

Eu perguntei isso a V. Exa, porque fico me perguntando a cada instante: prestação de contas desta Casa, eu não estou tirando o meu da reta, estou colocando na reta, sempre, eu sempre disse que nós nunca fiscalizamos, V. Exa. também não fiscalizou! Quando é votada a prestação e contas ali ninguém abre a boca para discutir, vem a votação, está na pauta, vamos votar as contas da Assembleia, ninguém discute, se aprova as contas da Casa! É o costume do Parlamento brasileiro, nós sempre fizemos isso e V. Exa. votou a favor da prestação de contas da Assembleia todas as vezes que veio!

Então, é isso que me pergunto: se tinha erros eu quero compreender, quero entender, e estão me perguntando por quê eu não fui e por quê os outros foram? Eu não fui porque sinto, e já disse, que acho que não fiscalizei. Tenho dito isso toda hora, não escondo! Assumo: não fiscalizei! Cobrei o Requião, cobrei o Tribunal de Contas, cobrei o TJ, o Ministério Público, só não cobrei a minha Casa! Não pedi a prestação de contas, não dava para dar, dava, se quisesse davam tem prerrogativas, todos tem. É só bater o pé ali. É o costume do Parlamento fazer isso, não é só aqui. O mundo é assim.

Por isso é que eu perguntei ao Senador Flávio Arns, que é um cara de respeito, que tem um carisma, tem uma tradição. Nunca se falou mal dele, mas ele estava lá ontem. Daí perguntei: mas Senador, V. Exa. questionou algum dia as contas dos Presidentes do Senado? Perguntei, porque ele foi lá e falou que somos sujos. Aí falei, mas o que ele fiscalizou em Brasília? Fiscalizou o quê? Os Deputados Federais, quando fiscalizaram? Me diga um dia que fiscalizou um dia, um que votou contra as contas da Câmara de Curitiba, um Vereador que esteve ontem lá. Um, me dá um que foi lá e fiscalizou. O Derosso, que está lá, há mais tempo que o Aníbal Khury, na Câmara de Curitiba. Tinha Vereador lá, quando que um fiscalizou? Quando que um Vereador levantou e falou: “O da barba, vamos ver as suas contas”.

Nunca! Assim em Brasília, assim aqui. É o mal do Parlamento. É o costume do Parlamento.

Não estou aqui, Deputado Tadeu Veneri, fugindo da minha responsabilidade. Coloco o meu na reta, eu não tiro, porque tenho esse entendimento. Vou fazer *mea culpa*, vou para casa, vou me punir. Tem gente que pensa que é brincadeira, tem gente apostando: “Espera, semana que vem tem convenções. Quando eu falar no rádio quebro a cara dos caras”. Estou aguardando.

Senhor Presidente, quando vejo alguns Deputados aqui lá na Boca e dizem que nós somos podres. E eles que foram? O Tadeu já deu uma explicação boa. Não desconfio de V. Exa., não chamaria de qualquer coisa. Só chamaria de qualquer coisa. Só chamaria se eu tivesse um documento na mão, eu chamaria. Eu, sem documento,

não vou dizer que o senhor é corrupto, não vou chamar o senhor de corrupto. Vou dizer que o senhor não fiscalizou, porque o senhor não fiscalizou na hora de votar as contas. O senhor pediu requerimento, pediu informações. V. Exa. é lutador. Reconheço isso. Mas na hora de votar as contas ninguém piou aqui. Nenhum Deputado. Estou falando a verdade.

O Deputado Neivo Beraldin foi lá, esteve lá. O senhor poderia dizer que foi fiscalizador da Comissão de Fiscalização, CPI? V. Exa. fez muita fiscalização de outros Poderes, acompanhei. V. Exa. andou com colete à prova de balas, com Polícia, tudo isso. Agora lhe pergunto: alguma vez o senhor fiscalizou a Mesa? O senhor cometeu algum erro aqui na Casa que eles falaram lá que não podia ter cometido? O senhor, ao longo desses anos que passou aqui, em algum momento acha que cometeu alguma coisa que possa ser enquadrada como um erro administrativo? Eu gostaria de perguntar a todos que foram no movimento. Acho que o Deputado Tadeu foi muito feliz na sua resposta.

Como não tenho mais tempo, queria ouvir os outros Deputados que foram, mas não estão aqui. Gostaria de perguntar se algum acha que fez alguma coisa errada aqui e se poderia estar lá nos questionando? Só queria deixar registrado.

Não sou contra V. Exa. ir lá, Deputado Tadeu Veneri, quem sou eu para dizer: o Tadeu não pode ir lá. V. Exa. é um cara que pode ir aonde quiser, como eu, vou aonde eu quero. Queria questionar, para ir àquele local, levamos aí 40, 60 dias de “pau” todo dia. Que fez isso errado, fez aquilo, não sei o quê. Daí vemos que vão alguns Deputados lá. Porque sei que teve Deputado que foi lá e que nomeou, por exemplo, uma pessoa na liderança, que não trabalhava aqui. Questionei V. Exa. Queria entender, Sr. Presidente, só isso.

Parabéns ao movimento. Movimento organizado, muitos líderes.

Vi, por exemplo, aquele rapaz da FIEP, o Presidente da FIEP. Eu nunca vi uma prestação de contas da FIEP. Queria ver. É um sonho ver uma prestação de contas da FIEP. Hoje de manhã vi o cidadão lá, doador de campanha, Rodrigo Rocha Loures, vou dar o nome. Prestasse contas! É dinheiro público, ele recebe também, porque vem por dinheiro público! Vamos começar a mostrar as outras coisas também.

Bacana o que eles fizeram. Parabéns a quem fez o movimento. Se foi menos gente ou mais gente, foi feito. Pelo menos foram lá e fizeram. Lá na Boca Maldita reuniram quantas pessoas? A Polícia podia dizer quantas pessoas tinham lá. Daí os organizadores: Foram 30 mil.”

Eu, que entendo de televisão, percebi que a imagem vinha lá de cima, fechada. Sabe o que é isso? É técnica de ...

Quando se faz alguma coisa tem que fazer também com ética e falar o que realmente aconteceu.

Obrigado.

Horário da Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Horário das Lideranças: PDT, Deputado Neivo Beraldin.

Antes, pela ordem, Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Estou com o anteprojeto, o mesmo que lhe passei ontem. Gostaria de passar às suas mãos e depois deixar uma cópia a todos os membros da Mesa Diretora, para que nós, a seu tempo, vamos ter, como V. Exa. já falou, a Audiência Pública, mas para que possamos já ter conhecimento do que se propõe, daquilo que está sendo feito, para que V. Exa. formalmente receba.

Gostaria de entregar agora a V. Exa..

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sem problema algum, recebo com muito prazer.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Subo à esta tribuna também, para dizer que amanhã o Governador Pessuti estará em Londrina, onde estaremos também, acompanhando o Prefeito Barbosa Neto, os seus Secretários, onde estaremos reivindicando os mais diversos assuntos do Município de Londrina junto ao Governo do Paraná.

Deputado Jocelito Canto, V. Exa. vem sistematicamente à tribuna para dizer que os Deputados não conhecem a prestação de contas da Assembleia Legislativa. V. Exa. pode se socorrer do controle externo do Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar desta Casa, que aqui, em Plenário, venha dizer no que é que a Assembleia gastou o seu orçamento. Eu sei quanto ela gastou em pessoal, quanto ela gastou nas terceirizadas. Só que V. Exa. fazendo isso poderá fazer aqui o controle externo à Assembleia, que vai desmembrar todas as despesas. V. Exa. sabe que cheguei nesta Casa no ano passado, mas já sei o que se gastou tanto com os inativos, quanto as pensionistas, tanto com os terceirizados, tanto como o cerimonial, tanto com as terceirizadas, tanto com outros serviços. Mas não tenho isso desmembrado, porque isso é função do Tribunal de Contas desmembrar e mostrar tudo isso.

V. Exa. insiste em um tema que agora, quando formos analisar as contas de 2009, podemos fazer uma comparação dos últimos períodos, item por item. Uma coisa que não aceito é que possa V. Exa. dizer que este Parlamentar está aqui descuidado das suas funções. Que não está. Sei que a prática é comum, as contas do Executivo chegarem a esta Casa e no passado ficavam até oito ou 10 anos sem serem analisadas. Coincidentemente neste mandato do Governador Requião todas as contas foram apro-

vadas muito rapidamente, todas, porque têm a maioria ampla no Plenário.

É evidente que o Governador Requião não deixaria as contas do seu Governo para serem analisadas por uma nova bancada que pudesse vir no ano que vem. Aproveitou e aprovou já. Tem a maioria absoluta!

Quanto ao evento de ontem na Boca Maldita, acho muito bacana que a sociedade se organize e que faça seus eventos. Eu aplaudo todos os eventos públicos que possam aprimorar a democracia, que possam fazer com que a população participe mais da política. Qual o Deputado que não estaria de acordo que a população participasse mais efetivamente da política? Porque nós mesmos somos vítimas, muitas vezes, muitas vezes, de alguém que fala sem maior conhecimento das funções que exercemos aqui. É um ato importante da democracia, nós devemos receber esse ato com muita humildade e com muito orgulho de ver o povo paranaense reunido numa praça pública discutir ética na política.

Agora, Srs. Deputados, não é possível que aqui todos se calem. Tenho dito há muito tempo sim, que nós aqui, neste Poder, não exercemos a plenitude do nosso poder. Nós damos o aval ao Executivo, ao Judiciário, em muitos momentos que não deveríamos dar. Mas há uma cultura que todo Governante eleito, a sua primeira preocupação é constituir a maioria na base de apoio deste Parlamento. Quando constituída a maioria, a minoria discursa e a maioria compõe a base de apoio do Governo, e aí não se fiscaliza mais a aplicação dos recursos em Saúde, em Educação, não se fiscaliza mais os contratos de grandes obras.

Por exemplo, o SAS, será que daria para saber os convênios que o SAS tem com o Hospital Evangélico, se corresponde com aquele dinheiro todo que o Hospital Evangélico recebe em relação aos atendimentos dos funcionários públicos aposentados do nosso Estado do Paraná? Será que estamos acompanhando na plenitude a receita do DETRAN, que é uma super-receita? Quando é que se ouviu falar aqui de uma auditoria no DETRAN nesse período? Deveria ser corriqueiro! Nós, corriqueiramente, deveríamos estar auditando o DETRAN, a COPEL. E a Fundação Banco Santos, que mandou R\$ 300 milhões para o Banco Santos? Quanto é que perdeu? Alguém mais deu prosseguimento nessas auditorias do Banco Santos, a aplicação desses recursos que lesaram os aposentados da COPEL?

Não é tudo assim. É preciso que as pessoas tenham convicção de uma coisa: aqui é o primeiro dos três Poderes, mas aqui também se deixa passar muita coisa por debaixo do tapete sem se fazer o dever de casa. Não podemos apenas estar aqui, sempre só pensando na próxima eleição.

Agradeço! Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Esta Presidência, com satisfação, anuncia a presença dos Vereadores de Guaíra, a Franciele e o Almir. Sejam bem-vindos os companheiros do Deputado Elton Welter.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, na falta do atual Líder do Governo, consulto ao ex-Líder se posso defender o Estado do Paraná na pessoa do atual Governador, porque o pronunciamento que farei aqui, eu que costumeiramente ocupo a tribuna da Oposição, é para defender os interesses do Estado do Paraná, para defender a história do Governador Orlando Pessuti e para defender este Poder Legislativo.

Primeiramente, quero dizer aos Deputados que me antecederam, pela terceira e última vez, que não se trata de tentar abafar ou qualquer coisa. Já falei várias vezes que o Ministério Público, a Polícia Federal, o Poder Judiciário estão investigando, estão de posse dos documentos, e qualquer um que tenha culpa não tem como se eximir e será culpado e, regimentalmente, todos nós Deputados, temos que ser Deputados e fazer aquilo que nos compete como Deputados e não temos esse poder de Justiça. E é bom mesmo que a Polícia Federal investigue, até para saber de onde está partindo uma lista colocando várias pessoas que sequer algum dia responderam um inquérito e que estão sendo colocadas aí como que estão respondendo processo na Polícia Federal, enfim, processo criminal. Nunca vi uma pessoa responder sem ter respondido um inquérito, e se não responde inquérito, não está respondendo. Então, só para deixar isso claro.

Voltando ao tema que me traz aqui, fiquei surpreso e estou aqui, Deputado Caíto, em defesa do seu Governo, que representa todo o Estado do Paraná. Temos algumas questões constitucionais que foram colocadas pelo constituinte, não por seu bel-prazer, mas para evitar justamente algumas situações que têm que ser amparadas pelo princípio da transparência. Não vimos os números, mas está aqui no site do Governo que o imposto sobre cosméticos é reduzido pela metade e depois, na mesma nota, tem também que o Governo assinou um decreto para que a empresa "a" e "b"... Quer dizer, acabou toda e qualquer garantia constitucional do benefício tributário, que tem que ter a imparcialidade, a legalidade, ser extensivo a todos. Aqui é para o amigo do Rei. Não sei se é amigo ou não, porque conheço a história do Governador Orlando Pessuti, passou por aqui, ele jamais faria isso. Agora, o que temos toda vez que se fala de tributo? Inclusive quero dizer que somente não propus, como propusemos no passado, eu, com o Deputado Durval Amaral, quando Governo concedeu anistia por meio de decreto, e nós propusemos, está tramitando aqui um decreto legislativo para sustar os efeitos daquele parcelamento, porque o Secretário esteve aqui e falou que tinha uma autorização de uma lei anterior, para aquelas situações de parcela-

mento, que não tem nada a ver com essa situação agora. Imagine baixar imposto pela metade por decreto.

Quando um projeto vem para esta Casa por força da Constituição Estadual, que diz que tem que ser por via de lei, e na nossa Constituição, no artigo diz que cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador, no inciso III, legislar e dispor sobre as matérias de competência do Estado especificamente, tributo, arrecadação e distribuição de renda. Aí, quando vem um projeto para cá, chega na CCJ, o Deputado Durval Amaral, Presidente, designa um relator, vê lá se está de acordo com o princípio de essencialidade, vários princípios, vê se está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, se o impacto econômico está previsto nesse ano, nos dois anos seguintes. Esse decreto tem isso, Deputado Elio Rusch? Atendeu o princípio da essencialidade? Ou aquilo que nós fizemos aqui, que eu fui o relator da reforma tributária, que aumentamos um item essencial, a energia elétrica, para todos os paranaenses, para justificar que o Governo não perdesse os compromissos em virtude da crise financeira. Agora, ao invés de baixar na energia elétrica, baixa no perfume. Esse é o princípio da essencialidade?

Podemos Deputado Durval Amaral, V. Exa. que é meu professor nesta Casa em aspecto constitucionais, podemos baixar a alíquota por decreto? Me responda.

O Sr. Durval Amaral (DEM)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Eu realmente ouço atentamente o pronunciamento de V. Exa., e confesso que estou perplexo, não com o pronunciamento, mas pela forma que foi anunciada essa redução de alíquota. Ainda não quero me aprofundar demais nessa questão, porque procurei no site oficial do Governo e não encontrei o decreto, só a notícia. Mas fico imaginando: com qual amparo legal, qual é o respaldo legal para se dizer você baixa de 25, 26, 27,78% para 12% a alíquota do perfume, a alíquota do creme de barbear, esse spray de creme de barbear? Isso tem um impacto, tem um custo! De quanto estamos falando? De quantos milhões estamos falando? De 100 milhões? De 200 milhões? De 300 milhões? Eu não sei, porque não vi o teor do decreto. mas é extremamente preocupante, e me deixa realmente perplexo só de pensar que se faz uma redução de alíquota por decreto sem que seja feito através de lei. E de quantos milhões estamos falando? E de quais empresas estamos falando? Porque com certeza tem razão social, CNPJ, para não falar que tem nome e sobrenome. São algumas poucas empresas, grande empresas, que não trabalham com gêneros de primeira necessidade, com cesta básica, enfim, com cesta básica de alimentação. E o outro decreto, que aparentemente foi colocado.

Eu, pelo pouco que conheço, penso que se você tem um produto que tem imunidade tributária você não paga ICMS, porque tem imunidade tributária, então não recolhe ICMS para os cofres públicos do Estado do

Paraná, para o Tesouro do Estado do Paraná. Como é que você pode dar crédito presumido para uma empresa que não gera ICMS? Qual é a mágica? Qual é a lógica dessa operação? De qual empresa estamos falando? Quem é que se quer beneficiar? Estamos falando de 1 milhão? Estamos falando de 100 milhões? Ou estamos falando de 500 milhões? Qual é o crédito que vai ser dado e vai ser concedido para ser transferido para terceiros no Estado do Paraná? Qual é a origem? Onde é que surgiu esse crédito? É extremamente preocupante! Então, fico realmente muito perplexo também.

Não quero estar cometendo uma injustiça. Por isso, quero aguardar o decreto que fundamentou essa transferência, mas podemos estar pensando que estamos tratando de transferência de recursos públicos de alguns milhões de reais para algumas poucas empresas privadas, e é extremamente lamentável. Fico muito preocupado e pensando o seguinte: sei que algumas dessas empresas tentaram, durante sete anos, fazer ou ter esse benefício e, vigilantemente, o Governador Roberto Requião não concedeu esses benefícios. Por que agora, num passe de mágica, por Decreto, o Governo faz essa concessão? Eu não consigo entender. Quero resposta.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

Concede um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Gostaria que V. Exa. me situasse de quais decretos V. Exa. está falando.

O SR. RENI PEREIRA (PSDB)

Eu estou me situando, Deputado Caíto, na Agência Estadual de Notícias, que publicou esta notícia. Está no site, inclusive foi a lei numa questão de papel que, se o tempo permitir, quero falar, ou de V. Exa. me ceder um horário ou o Líder de Oposição, porque esta é uma questão do Estado do Paraná e não se trata de uma questão do Governador. Até estou aqui porque, tenho certeza, o Governador Orlando Pessuti jamais faria isso, porque essa é uma afronta não somente ao estado de direito, é uma afronta a qualquer razoabilidade.

Com aparte o Deputado Caíto.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Reni, o decreto que V. Exa. está se referindo, por matéria de jornal, é evidente, eu também não o conheço porque ele foi, me parece, assinado apenas ontem. No entanto, liguei para o Secretário da Fazenda, Heron Arzua, e ele me disse que não houve redução, houve uma redução na base de cálculo desses produtos, conforme aquele decreto anterior já havia feito. Portanto, não há redução no imposto e sim na base de cálculo.

Eu prefiro, Deputado Reni Pereira, ter esse decreto em mãos para que possamos discutir, seja em Plenário ou fora dele, sobre a legalidade e os motivos que levaram a praticar esta redução de base do cálculo e enquadrar dentro da legalidade que ela possa ser feita.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Caíto, quero dizer a V. Exa., até pelo respeito que lhe tenho, que vamos debater aqui no Plenário. Vamos até aprovar, exatamente como está no decreto, mas pelo princípio da Transparência, justificando por quê estamos dando tantos milhões, como o Deputado Durval Amaral falou, para se preservar emprego, para que todo Estado do Paraná saiba dos termos. Estamos falando em transparência? É transparência em tudo!

Em relação ao que o Secretário da Fazenda falou para V. Exa. - e deve ter falado ao Governador também - quero dizer que o artigo 155 da Constituição Federal diz que qualquer subsídio e isenção, redução da base de cálculo, que é o argumento, concessão de crédito, anistia ou remissão, relativo a impostos, só pode ser concedido mediante lei específica, jamais por decreto.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite uma parte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Reni, quem sou eu para debater com V. Exa. e com o Deputado Durval Amaral, mas os dois temas que foram tratados na manhã de ontem, na Escola de Governo, são decertos, e um dos deles diz respeito à possibilidade da apropriação do crédito de ICMS pela Norske e pela Stora Enso, uma empresa de Jaguaraíva e a outra de Arapotí, antiga reivindicação que foi muito discutida, inclusive quando da reforma tributária que votamos em 2008. E o que o Governo fez? Colocou no regime normal de ICMS, que era a medida absolutamente possível, do crédito de ICMS que a empresa pode dar. Não vai estar tratando, no meu entender, do estoque de ICMS, mas do novo ICMS, principalmente de energia, que nós já discutimos, inclusive, esse tema. O outro é o do setor de cosméticos, ou seja, de uma questão que envolve até uma guerra fiscal no setor do Paraná, o setor produtivo. O Paraná estava perdendo e muito. Agora, entendo também que esse tema pode e deve ser debatido e discutido por conta dos benefícios fiscais.

O Secretário Heron Arzua sustenta que essas medidas podem ser tomadas por decreto, por conta, obviamente, da legislação que esta Casa, inclusive, votou, delegando, transferindo à Secretaria da Fazenda quando envolve efetivamente a questão de base de cálculo. Agora, é um tema que deve efetivamente a questão de base de cálculo. Agora, é um tema que deve ser debatido e discutido à luz do interesse público, por óbvio, e também com absoluta transparência.

Sempre fui e continuarei sendo defensor das empresas paranaenses, ou seja, mas que os benefícios fiscais que são concedidos sejam concedidos à luz do dia, e isso foi feito ontem quando, por decreto, o Governador Pessuti assinou, na Escola de Governo. E penso que esta Casa e o Deputado Caíto certamente fará isso, deverão buscar os dados para ver de quando é que estamos tratando, porque eu também entendo que a Assembleia Legislativa deve exercer o seu papel de promover esse

debate e essa discussão. Agora, é necessário informar à opinião pública de quanto estamos falando, indiscutivelmente, penso eu, é necessário, porque o benefício é muito grande, é um benefício fiscal muito grande para o setor de cosméticos, que iria desempregar milhares de pessoas, mas que é um benefício importante, como também é para a indústria de papel e celulose que vai se apropriar do ICMS que paga, especialmente ICMS de energia, embora vai se apropriar também de outros créditos de ICMS.

Penso que é necessário que possamos debater o tema. Agora, vamos partir do seguinte pressuposto, do princípio da boa-fé, que rege tanto o Secretário Heron, que todos nós sabemos que é uma pessoa extremamente correta naquilo que faz, como do Governador Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Conclua, por gentileza, Deputado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Já concluo, Presidente, é que é importante, às vezes, ter uma conversa produtiva aqui nesta Casa, porque ouço tanta bobagem dita aqui nos microfones, que quando um Parlamentar vai à tribuna e fala de um tema que é relevante, parece que há uma necessidade de se cortar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. me perdoe. V. Exa. não vai me passar um pito aqui, porque estou cortando o prazo de V. Exa. De maneira alguma vou acatar isso. O Deputado Reni Pereira tem o tempo que ele quiser, já disse. Ele concedeu um aparte, mais dois Deputados que pediram aparte, o tema realmente é relevante.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Desculpe-me, mas o microfone que foi cortado foi o meu. Presidente, desculpe, o orador me deu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Mas, há um tempo.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Estou terminando o meu raciocínio, Presidente, desculpe-me, não estou passando pito em V. Exa., estou terminando o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nem vai.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Não é a minha intenção. Se parecer que lhe passei um pito, peço-lhe desculpas, não foi isso que eu fiz. Sei que V. Exa. está sensível e merece carinho.

A questão é a seguinte: o tema, na verdade, Deputado Reni, entendo que quando o Governador Pessuti assina os decretos na Escola de Governo, e com a transmissão ao vivo pela televisão, está dando transparência

ao seu ato, ele não está assinando um decreto que foi assinado em um final de noite e publicado escondido em um Diário Oficial. Não é isso. Só entendo também que com a matéria nós devamos estar tratando de quanto é que estamos tratando de renúncia fiscal: quanto que o Governo vai ter que pagar de crédito de ICMS para nós? Quanto que vai reduzir de receita no setor de cosméticos? Entendo que transparência naquilo que fazemos é justamente divulgar todas essas informações, e acho que isso é obrigação do Governo. Quero dizer que é para ajudar o setor produtivo do Paraná que essas medidas são tomadas.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

O Sr. Plauto Miró (DEM)

Preocupado, ouço o seu pronunciamento, que traz aquilo que está acontecendo no Poder Executivo, de onde mudanças no ICMS vão fazer com que descontos possam ser dados, no valor arrecadado pelo Estado do Paraná. Mudanças no ICMS, na tarifa, na base de cálculo. Acredito que por decreto não pode ser. Esta Casa tem o direito de trazer, discutir, ver aqueles segmentos que estão sendo beneficiados, quais são, trazer à discussão para que possamos, depois de um amplo debate, aprovar e aceitar tudo aquilo que o Poder Executivo e que a Secretaria da Fazenda está querendo fazer. Porque é estranho, de uma hora para outra, um decreto que é visto através de um blog, da imprensa, onde segmentos estão sendo beneficiados e por nenhum momento está sendo discutindo dentro da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Apoio o seu pronunciamento e espero que a Assembleia faça a sua parte, que é trazer para a discussão, para que a sociedade, a opinião pública, o paranaense saiba o que o Poder Executivo está fazendo.

Obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, telespectadores, deixar de uma maneira bem clara e inequívoca, não falo aqui que sou contra.

Aliás, Deputado Elio Rusch, V. Exa. já era Líder da Oposição e nos manifestamos, primeiramente, em todas as Audiências Públicas contra a reforma tributária do Governo do Estado. Em uma condição de aceitar algumas emendas propostas por vários Deputados, aceitei a condição de relator, que foram aprovadas por unanimidade, justificando que o Governo precisa aumentar o imposto, naqueles bens essenciais, mas que a arrecadação não teria como não ser garantida. Todo mundo era obrigado a pagar na energia elétrica. Agora, se tem dinheiro sobrando, tem na própria lei e foi um artigo que colocamos, a pedido de uma emenda da Oposição, que tão logo as condições financeiras do Estado suportassem, o Estado reveria essas alíquotas

para baixo. Na lei da reforma tributária está autorizado, sim, a reduzir alíquotas, mas daquilo que aumentamos e não de perfume.

Então, que venha para cá. Tenho certeza que será aprovado por maioria. Nunca o Governo teve restrição, aqui, para aprovar matéria tributária, porque na grande maioria das vezes fui prestigiado pelo Presidente da CCJ. Quando tínhamos que fazer alguma explicação baixamos em diligência para a Secretaria da Fazenda, que nos explicou e sempre foi aprovado. Não seria agora - não estou dizendo que tem alguma falcatura nisso - mas pelo princípio da transparência, todos nós estamos submetidos. Vamos saber se são 500 milhões, em que essas empresas, até onde o meu pouco conhecimento vai, elas têm imunidade desses produtos, dos papéis que produzem. Se têm imunidade e não pagam imposto, como que elas têm dinheiro a receber pelo Estado? Aí entramos naquilo que o Deputado Durval falou, que é transferência de recurso público.

Deixar bem claro, Deputado Caíto, pelo respeito que tenho por V. Exa. e pelo respeito que sempre tive, tenho e continuarei tendo pelo Governador Orlando Pessuti - sei que a argumentação que fizeram para o senhor padece de constitucionalidade, porque redução da base de cálculo tem que haver lei e não pode ser por decreto. Não interessa se houve erro. É a mesma coisa, vamos ver aqui na Assembleia, houve erros no passado. Interessa-nos o nosso dever, como Parlamentares, em aprovar leis e fiscalizá-las.

Aqui, neste caso, temos pelo respeito de que pedi, Presidente, que primeiramente à Procuradoria desta Casa ou V. Exa. ligue para o Governador, e se ele assinou ou não esse decreto, que não o publique. Porque se publicar, vou pedir para todos os Deputados para assinarmos um decreto legislativo e vamos à Justiça suspender os efeitos desse decreto inconstitucional.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Reni, já lhe disse antes que o seu alerta é válido, do ponto de vista da análise. Mas nem V. Exa. tem em mãos o decreto, e eu também não o tenho. Prefiro que venhamos a discutir esse assunto em cima do fato concreto e não da matéria. Foi interessante que V. Exa. levantasse o assunto, tenho certeza absoluta, pelo que conheço do posicionamento, do conhecimento e da capacidade do Secretário Heron Arzua, que sob hipótese alguma faria algo que viesse em desconforto com a Constituição.

Mas, é o que lhe falo, não fugimos do debate, não tenha o menor temor disso, mas vamos conhecer o decreto para ver onde ele se suporta na legalidade, para que na prática possamos discutir em cima do fato concreto que teremos em mãos e V. Exa. também.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

E vamos aprovar a lei, não conhecer o decreto. Tem que vir para esta Casa a lei. Proponho-me a ajudar, inclusive aprovar, conhecendo os argumentos e as justificativas do projeto de lei na forma que a Constituição Federal ou a Estadual determina qualquer concessão.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe se me alonguei, mas usei o horário da Liderança do Governo, pela primeira vez em oito anos.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente:

Sobre a mesa, Mensagem nº 052/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando a proposta de inclusão de dispositivos ao Projeto de Lei nº 187/10, que trata das Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2011, em tramitação nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria dos Deputados Ney Leprevost, Tadeu Veneri e Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente. Necessita de apoio **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Wilson Quintero, constante do expediente. Necessita de apoio **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. Necessita de apoio **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1878, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão Ordinária do dia 10 (quinta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 172/10, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de utilidade pública a Liga de Futebol de Goioerê (LFG), com sede e foro no Município de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovada. (Publ. no DA nº 034/10, de 12/04/10, em Projetos de Lei).**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 236/10, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica Mannain, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovada. (Publ. no DA nº 053/10, de 24/05/10, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/10, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de utilidade pública a Associação dos Doadores de Sangue de Palotina (ADOSP), com sede e foro no Município de Palotina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/10, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que declara de utilidade pública estadual a Associação dos Amigos da Educação e Cultura Norte do Paraná - AMEN, com sede e foro no Município de Londrina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 238/10, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação dos Músicos do Estado do Paraná - AMO, com sede e foro no Município de Cascavel, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 586/09, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CAICTM E CSP. COM

EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 128/10, de 26/10/09, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 586/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo de tornar obrigatória a especificação do valor calórico dos alimentos oferecidos em cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares. Por meio destas informações, os consumidores poderão efetuar controle alimentar e evitar doenças como a obesidade.

Fundamentação

A Constituição Federal determinou como competência concorrente entre União, Estados e Municípios a elaboração legislar acerca das relações de consumo:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

Neste caminho, a Lei nº 8078/90 estabeleceu uma série de direitos ao consumidor com o intuito preservar sua saúde, dignidade e segurança, bem como harmonizar os relações consumeristas.

Entre estes direitos do CDC elencou o de obter informações precisas sobre a composição dos produtos oferecidos no mercado. Vejamos:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor;

I - a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos;

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentarem. (...)

O projeto de lei em tela busca resguardar exatamente este direito, possibilitando que o consumidor saiba exatamente as propriedades calóricas dos produtos que irá consumir.

Destarte, a proposição está consoante com a competência legislativa e não encontra nenhum empecilho para prosperar.

No que tange à legalidade, o projeto verificou os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, não havendo incoerência alguma para sua plena aplicação.

Por derradeira, insta salientar que existem proposições semelhantes tramitando nas Assembleias Legislativas dos Estados do Rio Grande do Sul (Projeto de Lei nº 123/09) e São Paulo (Projeto de Lei nº 019/08).

Conclusão

Desta forma, em sede de análise prévia, opinamos pela constitucionalidade do projeto de lei que ora se ana-

lisa, pelos motivos já expostos e sua aprovação, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 586/09

Nos termos do artigo 137 parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a seguinte proposta de emenda supressiva:

“Art. 1º O artigo 5º do projeto de lei 586/2009, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 5º (REVOGADO)’”.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRICIO - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E TURISMO
AO PROJETO DE LEI Nº 586/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-food e similares.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente projeto de lei para análise.

É de se ressaltar a relevância da matéria ora versada, uma vez é preciso que o consumidor tenha conhecimento sobre o que está ingerindo, para que assim possa equilibrar sua alimentação e ter sua atenção despertada para a necessidade de se ter uma melhor qualidade de vida.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos não haver óbice à normal tramitação do presente projeto de lei e assim somos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06/04/10.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente
PEDRO IVO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
AO PROJETO DE LEI Nº 586/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo dispor sobre a obrigatoriedade da especificação e divulgação da quantidade de calorias nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-food e similares.

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça,

que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública, encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo do consumidor ter conhecimento sobre o que esta ingerindo, terá como equilibrar a sua alimentação e poderá ter sua atenção despertada para a necessidade de se alimentar melhor para ter uma vida com mais qualidade.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto, apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 586/09.

Sala das Comissões, em 07/06/10.

(aa) NEY LEPEREVOST - Presidente
MARCELO RANGEL - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1931, de autoria dos Deputados Stephanes Júnior e Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrariamente ao requerimento. Observo neste momento que o autor do requerimento não se encontra em Plenário.

Gostaria de encaminhar aos nobres Pares contrário a este requerimento, até porque o nobre colega está pedindo para que seja retirado por 10 (dez) Sessões, que regimentalmente é o período máximo para retirada de um projeto.

Até concordaria, Sr. Presidente, se fosse por uma ou duas Sessões. Sendo que o número de Sessões é muito elevado, peço aos demais Parlamentares presentes que votem contrário à aprovação desse requerimento.

É o meu posicionamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito. Está em discussão. O Deputado Stephanes Júnior, autor do requerimento, não está presente.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, apenas solicito ao Deputado Praczyk se não é possível, porque o projeto os Deputados obviamente leram o projeto - cria uma determinação. Esta é a dúvida que temos, acho que a questão é extremamente positiva, mas cria uma determinação para que tenhamos uma nutricionista em diversos estabelecimentos, inclusive alguns, Deputado Praczyk, que esta foi a dúvida colocada, que não limita o número de funcionários, não diz, se por exemplo, uma confeitaria precisa ter dois funcionários ou 30 funcionários para ter um nutricionista, inclusive no interior do Estado.

Então, a nossa dúvida é se por acaso, lá em Toledo, tivermos uma panificadora com três pessoas, precisa ter nutricionista? Pelo projeto de lei, e aí é que eu gostaria que fosse esclarecido, Deputado Praczyk, pelo projeto, sim.

Então, por isso está se pedindo, talvez não sejam necessárias 10 Sessões, acho que pode ser menos, até para que não fique para o próximo período, porque 10 Sessões certamente vai ficar para agosto apenas ou final de julho, mas que tenhamos uma ou duas Sessões para tentar conversar e ver se é possível numa segunda, porque hoje é a constitucionalidade, e constitucional o projeto é, mas se podemos, numa segunda votação, tentar apenas adequar para que tenhamos um número mínimo, porque senão veja, Deputado Praczyk, há um risco de termos um número pequeno de pessoas em determinados estabelecimentos e, ao mesmo tempo, obrigatoriamente entre essas pessoas termos um nutricionista. E o nutricionista é óbvio que é importante, mas empresa que tem 400 funcionários têm um único nutricionista. A Assembleia Legislativa, que atende quase 1 mil refeições por dia, 700 refeições por dia, tem um nutricionista. Diferentemente nós teríamos ter para empresas muito pequenas também um nutricionista.

Então, essa dúvida só, Deputado. Estou falando aqui porque o Deputado, na época, que fez o pedido, na hora que fez o pedido eu estava com ele conversando, e acho que é só esta a preocupação, que não tenhamos depois uma situação que mais à frente o próprio Governo acabe vetando, porque se torna um projeto de difícil execução.

É só esta a dúvida. Por isso pergunto a V. Exa. se não é possível que retiremos por três Sessões, por cinco Sessões, para depois podermos encaminhar.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a proposta em questão, em pauta, visa dentre vários benefícios, desencadear, inclusive a fomentação da contratação, da utilização dos serviços de nutricionistas.

A dúvida louvável do Deputado Tadeu Veneri já está esclarecida no parágrafo 1º do corpo da lei...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

É, não fala em número de nutricionistas.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Exato. A relação de que trata o artigo 1º deverá ser elaborada e assinada por nutricionista, com o respectivo número de sua inscrição no Conselho Regional de Nutricionista.

Por exemplo, é possível um grupo de lanchonetes e restaurantes ter apenas um nutricionistas assinando por todos eles? Isto é possível. Isto é viável. É salutar, tanto do ponto de vista da Saúde Pública, como do ponto de vista da criação, da geração de empregos.

Então, este Parlamentar insiste, Sr. Presidente, que seja rejeitado este requerimento, uma vez já elucidada a dúvida que pairava em torno do nosso projeto.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, não pretendo encaminhar, pretendo consultar V. Exa. se eu posso, com a devida vênua do autor, propor um requerimento a V. Exa. que seja retirado por três Sessões, porque entendo a preocupação do autor do projeto, se retirarmos por 10 Sessões entra o recesso e só vamos votar em agosto. Para elucidar estas dúvidas não precisa tanto tempo.

Encaminho a V. Exa., portanto, um requerimento de retirada por três Sessões, para que o projeto possa ainda ser discutido no primeiro semestre e consulto o Deputado Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Sr. Presidente, tratando-se da autoria do Deputado Caíto Quintana, acato a sugestão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, penso que o tema é importante, relevante, convivo muito próximo de uma profissional que é nutricionista. Há uma lei, votada por esta Casa, de autoria do Deputado Cheida, a Lei nº 16085/09, que dispõe sobre a obrigatoriedade de bares e similares divulgarem informações e tabelas adicionais de alimentos comercializados. Penso que é necessário ler esta lei do Deputado Cheida, porque penso que esta lei do Deputado Praczyk é muito similar á do Deputado Cheida. Acho prudente mesmo retirarmos por três Sessões para análise do autor sobre o texto da lei, se bem que o autor já tenha assentido aqui com a retirada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou tentar colaborar um pouco com a discussão. Esta retirada é válida e tenho as minhas dúvidas, Deputado Romanelli, se o projeto do Deputado Cheida não diz respeito à escolas, posso estar enganado, mas a retirada, a concordância do Deputado autor com o requerimento do Deputado Caíto Quintana está de bom tamanho e podemos votar o requerimento retirando por três Sessões.

Em votação. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 586/09.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Ainda em tempo, Sr. Presidente, cuidadosamente a minha valorosa equipe de assessores pesquisou, e garanto a V. Exa. que a matéria nada tem a ver com a lei aprovada do nobre Deputado Cheida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Eu não tinha certeza. Agora, vindo de V. Exa. tenho.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/10, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera o artigo 2º da Lei nº 16342, de 18/12/09. (Doação de imóvel ao Município de Primeiro de Maio). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 035/10, de 13/04/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 176/10

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, visa alterar o artigo 2º da Lei nº 16342 de 18/12/09. (Doação de Imóvel ao Município de Primeiro de Maio).

O artigo 65 da Constituição Estadual ressalva que a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, vejamos:

A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ainda, o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná dispõe:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1879, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1880, 1918 e 1919, de autoria do Deputado Wilson Quinteiro, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1881 a 1910, 1912 a 1915 e 1925, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1916, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1917, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1922, de autoria do Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1923, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1924, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1927, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi, Elton Welter, Felipe Lucas, Pastor Edson Praczyk e Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 10 (quinta-feira), conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Chico Noroeste, para logo após o término da presente Sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/09.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 127/10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 484/09 e 135/10.

Levanta-se a Sessão.



A criptografia acima serve para identificar o diagramador e a data da diagramação do Diário. Tal procedimento visa a segurança para evitar adulterações e publicações não autorizadas.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 063

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	36
Presenças	36
Abertura da Sessão	36
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
2ª Discussão (Votação em)	37
Redação Final	38

2ª Discussão	39
1ª Discussão	39
Encerramento da Sessão	40
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos	40
Diretoria Geral	
Portarias	40
Atas de Comissões	
Tomada de Contas	41

DIÁRIO Nº 063

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Chico Noroeste e Duílio Genari.

Presenças:

Às dezessete horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kiesel, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz

Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (50).

Ausentes os Srs. Deputados: Valdir Rossoni, Fábio Camargo, Luiz Nishimori e Péricles de Mello (04)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 10 de junho (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Chico Noroeste.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Solicito a atenção dos Deputados, em especial do Deputado Romanelli e o Deputado Tadeu Veneri, concernente à dúvida que pairou na Sessão que antecedeu esta.

Realmente existe a lei de autoria do nobre Deputado Cheida. Mas reitero que essa lei trata exclusivamente de estabelecimentos que funcionam dentro de escolas públicas e da rede particular.

(Lê):

Publicado no Diário Oficial nº 7953, de 17/04/09.

SÚMULA:

Dispõe que os estabelecimentos que especifica, que funcionam dentro das escolas da rede particular de ensino, ficam obrigados a divulgarem informações que menciona, referentes à presença e à discriminação de quantidades em suas tabelas nutricionais dos alimentos comercializados.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica obrigatório que bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos similares, bem como cantinas e quiosques que funcionam dentro das escolas da rede particular de ensino, divulguem as seguintes informações - referentes à presença e à discriminação de quantidades em suas tabelas nutricionais dos alimentos comercializados em seus estabelecimentos:

I - calorias;

II - a presença de glúten;

III - a concentração de carboidratos, incluindo-se a lactose;

IV - a concentração de triglicérides, colesterol, fibras, sais minerais como sódio, cálcio, ferro, potássio e vitaminas.

Art. 2º Os estabelecimentos no artigo deverão adaptar seus cardápios para que os mesmos contenham as informações instituídas pela presente lei.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos que não possuam cardápios deverão atender aos dispositivos da presente lei por meio de fixação de impressos, cartazes ou placas, desde que fiquem visíveis e legíveis a todos os consumidores.

Art. 3º As escolas da rede pública poderão implementar as tabelas nutricionais de que trata a presente lei, conforme o disposto nos incisos I a IV do artigo 1º desta lei.

Art. 4º O descumprimento desta lei sujeita o infrator à multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) acrescido de duas vezes o valor do item mais caro do cardápio ou similar do estabelecimento.

Parágrafo Único. A cada reincidência o valor da multa será aplicado em dobro, triplo, quádruplo e assim sucessivamente.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de noventa (90) dias para que os estabelecimentos se adaptem às disposições desta lei.

Art. 6º A fiscalização do cumprimento das disposições desta lei será feita pela Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, que deverá observá-la no ato de suas inspeções.

Roberto Requião, Governador do Estado; Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, Secretária de Estado da

Educação; Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde; Rafael Iatauro, Chefe da Casa Civil; Luiz Eduardo Cheida, Deputado Estadual.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há Expediente a ser lido, e nem Oradores inscritos no Pequeno Expediente e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/09, de autoria dos Deputados Antonio Anibelli e Chico Noroeste, que proíbe veículos de comunicação de veicularem propagandas de fins eróticos e outras atividades congêneres. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ NA FORMA DA SUBEMENDA.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA
PROJETO DE LEI Nº 585/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em análise, de autoria dos Deputados Chico Noroeste e Antonio Anibelli, tinha como objetivo proibir veículos de comunicação de veicularem propagandas de fins eróticos e outras atividades congêneres, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Artagão Júnior.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu uma emenda modificativa de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Por esta razão é que a referida emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta comissão.

Fundamentação

Inicialmente, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

Principalmente, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, parágrafo 3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª discussão em Plenário e apoiada por cinco Deputados.

Também, autoriza o Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, que as comissões permanentes apresentem emendas, nos termos do artigo 29, inciso III, parágrafo 1º, vejamos:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.

Assim, com objetivo de dar melhor redação ao artigo 1º do Projeto de Lei nº 585/09, faz-se necessário a proposição de uma subemenda.

Ainda, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Diante do acima exposto, opina-se pela constitucionalidade e legalidade da emenda ora analisada na forma da subemenda em anexo.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli, Reni Pereira, Duílio Genari (voto contrário), Tadeu Veneri (voto contrário), Fernando Scanavaca (voto contrário) e Jocelito Canto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBEMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 585/09

Com fulcro no que autoriza o artigo 138 do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente subemenda, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Os jornais, revistas, panfletos e publicações em geral, de classificados, bem como qualquer outro veículo de comunicação, ficam proibidos de veicularem mensagens ou propagandas que ofereçam serviços de acompanhantes, garotos e garotas de programa, telefones, massagens, saunas e outras atividades congêneres, que induza à prostituição.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Apoiamento:

Chico Noroeste, Stephanes Júnior e Antonio Anibelli.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Quero registrar o voto contrário ao projeto, obviamente que a subemenda também.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está registrado o voto contrário do Deputado Tadeu Veneri e da Deputada Rosane Ferreira.

Está em votação a emenda de Plenário com o parecer favorável da CCJ, na forma de subemenda. **Aprovada.**

A emenda de Plenário, portanto, ficou **prejudicada.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 127/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/10, que constitui a Ferrovia da Integração Sul - FERROSUL S/A, com o propósito de, sob controle público, planejar, construir e operar ferrovias e sistemas logísticos no Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 127/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e os fins sociais da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - FERROESTE, criada pela Lei nº 9892, de 31/12/91, que passa a denominar-se Ferrovia da Integração do Sul - FERROSUL S/A, modificando-se em consequência, todas as decorrentes citações contidas na referida lei e na Lei Complementar nº 076 de 21/12/95, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 079, de 02/12/96.

Art. 2º Fica a FERROESTE autorizada a permitir a participação acionária dos Estados do Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como celebrar acordo de acionistas para a finalidade de assegurar a participação das referidas unidades federativas nos órgãos de administração e fiscalização da empresa.

Art. 3º O artigo 3º da Lei nº 9892/91 que passa a vigorar com a nova redação e acresce parágrafo único ao referido artigo.

“Art. 3º O ramo de atividade da Ferrovia da Integração do Sul - FERROSUL S/A será de planejamento, construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias, terminais ferroviários e sistemas logísticos nacionais, de silos e sistemas de armazenagem de produtos agrícolas, minerais e indústrias em geral, bem como transporte regular de passageiros e turístico, mediante concessão ou autorização de autoridade competente.

Parágrafo Único. Mediante acordos internacionais, a FERROSUL S/A poderá, com exclusividade ou em associação com outras empresas nacionais, de outros países ou internacionais, exercer o seu ramo de atividade em outros Países, bem como associar-se a empresas de outros Países ou internacionais em território brasileiros.”

Art. 4º Entre as prioridades do plano de execução das obras ferroviárias da FERROSUL S/A poderá incluir-se o ramal que ligará os Municípios de Cianorte a Guaíra, no Estado do Paraná.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09/06/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 176/10, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera o artigo 2º da Lei nº 16342 de 18/12/09. (Doação de imóvel ao Município de primeiro de maio). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 484/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública a Associação Gerando Saúde Mental, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná. COM

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 106/09, de 15/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 484/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Gerando Saúde Mental, com sede e foro no Município de Curitiba, no Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontram óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável a normal tramitação dos projetos de lei em análise, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 08/06/10.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 135/10, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Casa de Nutrição, com sede e foro no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 029/10, de 30/03/10, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 135/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Casa de Nutrição, com sede e foro no Município de Jaguariaíva, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontram óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável a normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 08/06/10.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 176 e 202/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 484/09 e 135/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 186, 219 e 230/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0467/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2484, datado de 29/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, MARIA FRANCO DA LUZ, matrícula nº 40740, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretária desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnica Administrativa, nível NTB-02, abono de permanência em serviço, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária, nos termos da Emenda Constitucional nº 041 de 31/12/03, a partir da data de sua opção.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 0451/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

conceder as férias relativas ao exercício de 2010, aos funcionários estatutários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, conforme especifica:

Maio/10: 123 INOLAN ANTONIO GUIGINSKI DE OLIVEIRA.

Gabinete da Diretoria Geral, em 01/05/10.

(a) ERON ABBoud

PORTARIA Nº 0459/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar a servidora ALBERTINA SANTANA VILLAR SCHUBERT, matrícula nº 40953, para prestar serviços junto ao Serviço Médico.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/06/10.

(a) ERON ABBoud

PORTARIA Nº 0461/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar a servidora SIMONE CARON, matrícula nº 40478, para prestar serviços junto a Biblioteca.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/06/10.

(a) ERON ABBoud

PORTARIA Nº 0462/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar o servidor EDUARDO FULGÊNCIO JANSEN, matrícula nº 8361, para prestar serviços junto a Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/06/10.

(a) ERON ABBoud

PORTARIA Nº 0463/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar a servidora MARIA HELENA DOMINGUES, matrícula nº 5612, para prestar serviços junto a Diretoria Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/06/10.
(a) ERON ABBoud

PORTARIA Nº 0464/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar a servidora LÉA TEREZA DOTTI, matrícula nº 7332, para prestar serviços junto ao Almoxarifado.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/06/10.
(a) ERON ABBoud

PORTARIA Nº 0465/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar a servidora JAQUELINE SIMONE QUIMELI DA SILVA, matrícula nº 41142, para prestar serviços junto ao Protocolo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/06/10.
(a) ERON ABBoud

PORTARIA Nº 0466/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar a servidora ANDREIA MARIA SILVERIO RIGHETTO, matrícula nº 40738, para prestar serviços junto a COPELEGIS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/06/10.
(a) ERON ABBoud

PORTARIA Nº 0467/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar a servidora ARAMIS ATAIDE MOURA COSTA,

matrícula nº 40431, para prestar serviços junto a COPELEGIS.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/06/10.
(a) ERON ABBoud

PORTARIA Nº 0468/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, deste Poder,

R E S O L V E :

lotar o servidor CESAR REINERT TIZZOT, matrícula nº 40432, para prestar serviços junto a Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/06/10.
(a) ERON ABBoud

*Atas de Comissões**Tomada de Contas*

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de julho de dois mil dez, às onze horas e trinta minutos, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para sua décima nona reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados, membros da comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: submeter à aprovação das despesas dos Srs. Deputados, referente ao mês de maio de 2010 - Proposição nº 024/10. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu os trabalhos, declinando a palavra ao Sr. Deputado Edson Strapasson, relator da proposição nº 024/10, que trata da prestação de contas da verba do movimento relativo aos créditos para atender as despesas dos Srs. Deputados previstas na Resolução nº 003/04 com as modificações contidas na Resolução nº 003/09, referente ao mês de maio de 2010. Examinada a matéria, o Sr. Relator decidiu pelo PARECER FAVORÁVEL - APROVADO, uma vez que as contas encontram-se exatas, dentro das normas de sua regulamentação e de acordo com a legislação em vigor. Parecer este, que foi acompanhado por todos os Srs. Deputados. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei e lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da comissão, Srs. Deputados presentes e por mim, secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
Maria Regina Subtil - Secretária